

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA  
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE COLETIVA

**PATRICIA TERESINHA WILLE**

**PRÁTICAS AGRÍCOLAS E CONSUMO ALIMENTAR: INDICADORES PARA  
AVALIAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE COMUNIDADES  
QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL**

PORTO ALEGRE

2020

PATRICIA TERESINHA WILLE

**PRÁTICAS AGRÍCOLAS E CONSUMO ALIMENTAR: INDICADORES PARA  
AVALIAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE COMUNIDADES  
QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva (Mestrado Acadêmico), junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Área de Concentração: Saúde Coletiva

Linha de Pesquisa: Estudos Epidemiológicos

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Souza de Bairros

PORTO ALEGRE

2020

#### CIP - Catalogação na Publicação

Wille, Patricia Teresinha  
PRÁTICAS AGRÍCOLAS E CONSUMO ALIMENTAR: INDICADORES  
PARA AVALIAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE  
COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL /  
Patricia Teresinha Wille. -- 2020.  
100 f.  
Orientador: Fernanda Souza de Bairros.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de  
Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Porto Alegre, BR-RS,  
2020.

1. Grupo com Ancestrais do Continente Africano. 2.  
Segurança Alimentar e Nutricional. 3. População Rural.  
4. Produção de Alimentos. 5. Consumo de Alimentos. I.  
Bairros, Fernanda Souza de, orient. II. Título.

PATRICIA TERESINHA WILLE

**PRÁTICAS AGRÍCOLAS E CONSUMO ALIMENTAR: INDICADORES PARA  
AVALIAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE COMUNIDADES  
QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva (Mestrado Acadêmico), junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: 31 de março de 2020

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Fernanda Souza de Bairros (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Tatiana Engel Gerhardt (Membro interno)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz (Membro externo)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Silvia do Amaral Rigon (Membro externo)  
Universidade Federal do Paraná

## **AGRADECIMENTOS**

Para agradecer, primeiro é importante reconhecer que os caminhos não são fáceis, e que todas as oportunidades que surgem devemos valorizar. Foram dois anos de transformações intensas, tanto profissionais, quanto pessoais. Por todos os aprendizados, vivências e sentimentos, sou grata!

Agradeço a minha orientadora Professora Dra. Fernanda Souza de Bairros pelo apoio, dedicação e contribuições nessa caminhada. Minha gratidão também é destinada aos demais professores do Programa, por oportunizarem meu aprendizado de forma majestosa.

Agradeço a todos os colegas de mestrado pelas trocas de conhecimentos e distintas experiências nesse universo tão plural que é a saúde coletiva.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por oportunizar em seus espaços ensino de qualidade.

Aos meus amados - companheiro, pais, irmão, demais familiares e amigos - por serem minha fortaleza de apoio.

## RESUMO

Considerando o panorama de vulnerabilidades sociais, econômicas, territoriais e ambientais e a constante situação de Insegurança Alimentar e Nutricional das comunidades quilombolas, para avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional dessas populações é necessário levar em conta indicadores capazes de expressar suas especificidades. Diante disso, este trabalho objetiva avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional por meio das práticas agrícolas e consumo alimentar de quilombolas do Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo transversal de base populacional que utilizou dados de uma pesquisa maior realizada em 2011. Para mensurar a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias quilombolas deste estudo foram utilizadas algumas dimensões de monitoramento dispostas no Decreto nº 7.272/2010 - produção de alimentos, disponibilidade de alimentos e acesso à alimentação adequada e saudável, que abrangem indicadores, que se configuram nas variáveis desfechos desta pesquisa: práticas agrícolas e consumo alimentar. As variáveis independentes se configuram em demográficas, socioeconômicas e desempenho de práticas agrícolas. Foi realizado tratamento estatístico utilizando o programa *Statistical Package for the Social Sciences* 18.0: cálculo das frequências absolutas e relativas, médias e desvio padrão, teste qui-quadrado de *Pearson* e teste-*t Student*. Foram entrevistados 589 responsáveis por famílias quilombolas, desses, 399 (68%) desempenhavam práticas agrícolas. Entre os indivíduos que exerciam práticas agrícolas, os resultados demonstram que: 96,7% residia no meio rural, com duas a quatro pessoas (58,4%), 59,6% era do sexo feminino, 40,2% tinha idade entre 40 a 59 anos, 62,8% eram casados ou com união estável, 43,5% referiu estar trabalhando, 39,1% dos participantes possuía renda per capita familiar menor ou igual a R\$ 140,00, sendo a maioria estratificados nas classes C (45,8%) e D (38,3%). Foram observadas associações significativas ( $p < 0,05$ ) entre desempenho de práticas agrícolas e as variáveis demográficas sexo, estado civil e perímetro e entre as variáveis socioeconômicas classe econômica e ocupação. No que tange à produção de alimentos, 30,7% das famílias pesquisadas realizava a comercialização, 93,3% consumiam esses alimentos, sendo que a maioria (62,4%) relatou que consumiu mais da metade da produção. Constata-se que a realização das refeições jantar e ceia foi significativamente maior naqueles que desempenham práticas agrícolas ( $p < 0,05$ ). Quanto à associação do consumo de alimentos *in natura* e práticas agrícolas, verificou-se diferença estatisticamente significativa apenas no consumo de frutas no dia anterior da entrevista, 45,5% *versus* 33,3%. O consumo de médio de energia entre os quilombolas que desempenham práticas agrícolas correspondeu a  $1794,4 \pm 987,1$  Kcal. Além disso, os dados de revelam que os indivíduos que desempenham práticas agrícolas em relação aos demais, possuem uma dieta com a presença maior de carboidratos, fibras, potássio e vitamina C ( $p < 0,05$ ). Com esse trabalho reafirmamos a importância da disponibilidade de alimentos oriundos da produção agrícola domiciliar ou de distintas práticas agrícolas entre quilombolas para alcance da Segurança Alimentar e Nutricional. Além do mais, o desempenho de práticas agrícolas e o cultivo de alimentos são importantes para a garantia da soberania alimentar, manutenção dos saberes tradicionais e cultura alimentar dessa população.

Palavras-chave: Grupo com Ancestrais do Continente Africano. Segurança Alimentar e Nutricional. População Rural. Produção de Alimentos. Consumo de Alimentos.

## ABSTRACT

Considering the panorama of social, economic, territorial and environmental vulnerabilities, as well as the constant situation of food and nutrition insecurity in Quilombola communities, in order to assess the food and nutrition security in such populations, it is necessary to take into account indicators capable of expressing their particularities. Therefore, the present research aims at assessing food and nutrition security through the practice of agriculture and food consumption of Quilombolas in the state of Rio Grande do Sul. This is a population-based, cross-sectional study using data from a larger research carried out in 2011. In order to measure the food and nutrition security among the Quilombola families within this study, we employed some monitoring dimensions provided for in Decree No. 7272/2010 – food production, food availability and access to adequate and healthy food –, which constitute the outcome variables in this research—agricultural practices and food consumption. The independent variables are divided into demographic and socioeconomic factors, and performance of agricultural practices. Statistical treatment was applied with IBM SPSS Statistics (Statistical Package for the Social Sciences) 18.0: calculation of absolute and relative frequencies, mean and standard deviation, Pearson's chi-square test and Student's t-test. 589 heads of Quilombola families were interviewed and 399 (68%) out of them practiced agriculture. Among the individuals who did, the results show that: 96.7% resided in rural areas, along with two to four people (58.4%); 59.6% were female; 40.2% were 40 to 59 years old; 62.8% were married or in a domestic partnership; 43.5% reported having a job; 39.1% of the participants had a family per capita income less than or equal to R\$140.00, with the majority of which stratified in the socioeconomic classes C (45.8%) and D (38.3%). Significant associations ( $p < 0.05$ ) were observed between the practice of agriculture and the demographic variables of sex, marital status and perimeter, as well as between the socioeconomic variables—economic class and occupation. With regard to food production, 30.7% of the surveyed families sold their produce, 93.3% consumed it, the majority of which (62.4%) reported consuming more than half of it. The habit of eating dinner and supper was significantly higher among those who practiced agriculture ( $p < 0.05$ ). As for the association of fresh food consumption and agricultural practices, there was a statistically significant difference only in fruit consumption on the day before the interview—45.5% versus 33.3%. The average energy consumption among Quilombolas who practiced agriculture corresponded to  $1794.4 \pm 987.1$  Kcal. In addition, the data reveal that individuals who practiced agriculture had a diet with a higher presence of carbohydrates, fiber, potassium and vitamin C ( $p < 0.05$ ) in comparison to those who did not. With this study, we reaffirm the importance of food availability from domestic agricultural production or from various agricultural practices among Quilombolas to achieve food and nutrition security. Furthermore, agricultural practices and food cultivation are important to ensure food sovereignty and the preservation of traditional knowledge and food culture in this population.

Keywords: African Continent Ancestry Group. Food and Nutrition Security. Rural Population. Food Production. Food consumption.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Municípios do estado do Rio Grande do Sul com Comunidades Quilombolas selecionadas para a pesquisa.....	61
---	----



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Variáveis do desfecho práticas agrícolas desempenhadas por residentes em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul. ....	63
Tabela 2- Variáveis do desfecho consumo alimentar de residentes em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul. ....	64
Tabela 3 - Variáveis independentes para desfecho práticas agrícolas desempenhadas por residentes em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul. ....	65
Tabela 4- Variável independente para desfecho consumo alimentar das comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul. ....	65
Tabela 5 - Prevalência de práticas agrícolas e características socioeconômicas e demográficas de residentes em comunidades quilombolas. Rio Grande do Sul, 2011(n=589).....	68
Tabela 6 - Características das práticas agrícolas de residentes em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, 2011(n=399). ....	69
Tabela 7 – Consumo alimentar segundo desempenho de práticas agrícolas de residentes em comunidades quilombolas. Rio Grande do Sul, 2011 (n=589). ....	70
Tabela 8 - Ingestão diária de nutrientes selecionados (média e desvio padrão), segundo desempenho de práticas agrícolas de residentes de comunidades quilombolas. Rio Grande do Sul, 2011(n=589).....	71

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa  
ADA - Ação de Distribuição de Alimentos  
AF - Agricultura Familiar  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
CAISAN - Câmara Interministerial De Segurança Alimentar e Nutricional  
CEASA - Companhia Estadual de Abastecimento  
CNA - Comissão Nacional de Alimentação  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada  
EMATER/RS- ASCAR - Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations  
FIAN Brasil - Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas  
INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição  
INSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional  
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional  
NUER - Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PBF - Programa Bolsa Família  
PBQ - Programa Brasil Quilombola  
PCTs - Povos e Comunidades Tradicionais  
PFZ - Programa Fome Zero  
PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais  
PLANSAN - Plano Nacional De Segurança Alimentar e Nutricional  
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação escolar  
PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PPA - Plano Plurianual

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

RS - Rio Grande do Sul

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

SINAPIR - Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SOFI - Estado de Segurança Alimentar e Nutricional do Mundo

SUS - Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	10
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>17</b>
<b>3. OBJETIVOS .....</b>	<b>19</b>
3.1 OBJETIVO GERAL.....	19
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	19
<b>4. HIPÓTESES .....</b>	<b>20</b>
<b>5. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>21</b>
5.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	21
<b>5.1.1 Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma evolução conceitual             contínua .....</b>	<b>21</b>
<b>5.1.2 Direito Humano à Alimentação Adequada e Soberania Alimentar .....</b>	<b>25</b>
<b>5.1.3 Dimensões e indicadores da Segurança Alimentar e Nutricional .....</b>	<b>29</b>
5.2 POPULAÇÕES QUILOMBOLAS .....	33
<b>5.2.1 Populações Quilombolas: origem e definição.....</b>	<b>33</b>
<b>5.2.2 População Quilombola no Rio Grande do Sul.....</b>	<b>36</b>
<b>5.2.3 Políticas públicas para Comunidades Quilombolas .....</b>	<b>39</b>
<b>5.2.4 Insegurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas.....</b>	<b>44</b>
5.3 PRÁTICAS AGRÍCOLAS .....	46
<b>5.3.1 Políticas públicas para desenvolvimento local e inclusão produtiva de             Comunidades Quilombolas .....</b>	<b>48</b>
<b>5.3.2 Práticas agrícolas em Comunidades Quilombolas .....</b>	<b>52</b>
5.4 CONSUMO ALIMENTAR.....	57
<b>5.4.1 Consumo alimentar em Comunidades Quilombolas.....</b>	<b>58</b>
<b>6. MÉTODOS.....</b>	<b>60</b>
6.2 METODOLOGIA DO ESTUDO ORIGINAL.....	60
<b>6.2.1 Delineamento.....</b>	<b>60</b>
<b>6.2.2 População- alvo.....</b>	<b>60</b>

6.2.3 Cálculo tamanho da amostra.....	60
6.2.4 Fase pré-coleta de dados .....	61
6.2.5 Coleta de dados .....	62
6.2.6 Controle de qualidade .....	62
6.3 METODOLOGIA DO PRESENTE ESTUDO .....	63
6.3.1 Variáveis Desfecho.....	63
6.3.2 Variáveis Explanatórias .....	64
6.4 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS .....	66
6.5 ASPECTOS ÉTICOS .....	66
6.5.1 Aspectos éticos da pesquisadora.....	66
7. RESULTADOS .....	68
8. DISCUSSÃO .....	72
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS .....	82
APÊNDICES .....	96

## 1. INTRODUÇÃO

No que tange à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, ao longo das duas últimas décadas, ocorreram inúmeras conquistas e avanços para a sua garantia, o que levou ao reconhecimento internacional do país na área e a consequente retirada do mapa da fome das Nações Unidas (IPEA, 2019; FAO, 2014).

O conceito de SAN está constantemente em construção, tendo atualmente dois elementos distintos e complementares que estão relacionados com diferentes interesses e diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos: a dimensão alimentar - com indicadores sobre produção, disponibilidade, comercialização, acesso e consumo do alimento saudável; e a dimensão nutricional - com indicadores relacionados às práticas alimentares e a utilização biológica dos alimentos (indicadores antropométricos, bioquímicos etc.) contemplando todas as fases do ciclo de vida (CONSEA, 2010; ABRANDH, 2013; LEÃO; MALUF, 2012). Além disso, compreende-se a SAN como um objetivo de ações e políticas públicas cuja formulação, implementação e monitoramento devem refletir dois princípios fundamentais que são o e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a soberania alimentar (LEÃO; MALUF, 2012).

Apesar dos progressos no campo da SAN, deve-se atentar para as implicações que permanecem na sociedade brasileira como a constante situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) e violação do DHAA de algumas populações (CONSEA, 2010; FAO, 2014). Pesquisa publicada em 2014 (IBGE, 2014) verificou que 22,6% das famílias brasileiras ainda vivem em graus diferenciados de insegurança alimentar: 14,8% em situação de insegurança alimentar leve, 4,6% em situação moderada e 3,2% em situação grave. O relatório “Estado de Segurança Alimentar e Nutricional do Mundo (SOFI) 2019” divulgou um grave quadro de desigualdades globais em que o quantitativo de pessoas que enfrentam a fome aumentou novamente, sendo que cerca de dois bilhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar, a nível global (FAO, 2019).

No que se refere aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), historicamente, foram excluídos do processo de desenvolvimento social e econômico do Brasil, silenciados por pressões econômicas, fundiárias, processos de discriminação e exclusão social (ARANTES, 2010). As populações quilombolas se destacam como um grupo étnico vulnerável com implicações sociais, ambientais e territoriais (BAIRROS, 2013; BRASIL, 2007b; 2013b; 2018d; CARDOSO; MELO; FREITAS, 2019; DURAND; HEIDEMAN, 2019; MEDEIROS; LIMA; SILVA, 2014; SOARES et al., 2020) e com maior prevalência de INSAN (BRASIL,

2013b; COSTA, 2011; FIAN BRASIL, 2017; GUBERT et al., 2017; PEREIRA, 2012; RIBEIRO; MORAIS; PINHO, 2015; SARDINHA et al., 2014; SILVA et al., 2017).

A INSAN é um indicador de iniquidade social e se pauta nas diferenças de acesso aos alimentos, que deve ser regular e permanente e em quantidade e qualidade suficientes, além disso, também está relacionada à preocupação com a ausência desse acesso em um futuro próximo, comprometendo negativamente no bem-estar e na qualidade de vida dos indivíduos (BRASIL, 2006; PANIGASSI, 2008). Dentre as diversas manifestações de INSAN está a fome oculta, caracterizada pela deficiência ou inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta, comprometendo de forma crônica (desnutrição, doenças carenciais, sobrepeso e obesidade) a saúde de grande parte da população (ABRASCO, 2015; MALUF, 2009).

Além disso, é necessário salientar que apesar dos esforços empreendidos nos últimos anos para a regularização das terras<sup>1</sup> quilombolas, inúmeras comunidades apresentam demandas por reconhecimento de seus territórios, vivendo historicamente com a insegurança jurídica em virtude da falta de regularização fundiária, o que traz implicações com questões socioambientais, como perda de recursos naturais e conflitos fundiários (IPEA, 2019).

As dimensões reduzidas de terras impossibilitam a forma adequada de produção de alimentos e a incapacidade de abastecimento das necessidades da família (FIAN BRASIL, 2017; MAZZARO; CASTILHO; SILVA, 2011). Dados de uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul mostram que 55,2% das comunidades estudadas dispõem de menos de três hectares por família (RUBERT, 2007). Além disso, os territórios das comunidades foram e têm sido reduzidos a áreas pouco adequadas à prática da agricultura (terrenos alagados ou muito íngremes e pedregosos) (RUBERT, 2007; 2010) e embora as comunidades quilombolas tenham sido inseridas nas políticas públicas de desenvolvimento social e combate à fome e inclusão produtiva, são verificadas grandes dificuldades no acesso a esses Programas, resultando na exclusão do segmento (BAIROS, 2014; FIAN BRASIL, 2017; SARDINHA et al., 2014).

Também é importante destacar os processos de transição demográfica, epidemiológica e nutricional que vêm ocorrendo, visto que possuem relação direta com o perfil de consumo alimentar da população e sua morbimortalidade. Em algumas regiões verificadas mudanças na

<sup>1</sup>O processo de regularização territorial quilombola ocorre junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e se inicia através da emissão de certidão de registro no cadastro geral de Remanescentes de Comunidades Quilombolas da Fundação Cultural Palmares – comunidades quilombolas certificadas. A titulação dos territórios quilombolas possui várias etapas: emissão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, publicação do RTID, portaria de reconhecimento, decreto de desapropriação e titulação. A política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas faz parte de uma reparação histórica, sendo de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos.

alimentação dos quilombolas, com grande dependência do comércio para a aquisição de alimentos, substituição do consumo de produtos *in natura* por produtos industrializados, menor produção para autoconsumo e diminuição da diversidade das espécies cultivadas (CASTRO, 2010; FIAN BRASIL, 2017; NASCIMENTO; GUERRA, 2016; NAVAS et al., 2015).

Ainda, há de se considerar a atual conjuntura no país que promove piora de indicadores sensíveis à degradação das condições de vida, tais como: exacerbação da mortalidade infantil, interrupção do processo de diminuição da desigualdade de renda e de raça, crescimento do desemprego e da pobreza, havendo indícios de que o Brasil retornará ao Mapa da Fome das Nações Unidas (CASTRO, 2019). Há um processo de desmonte de políticas públicas voltadas para as chamadas minorias, haja vista a extinção dos Conselhos Nacionais que lhes representavam até então. Sem contar a não clareza acerca das políticas para a população negra no âmbito dos diversos ministérios e o menor índice de reconhecimento de comunidades quilombolas da história.

Nessa conjuntura, para os quilombolas, o desempenho de práticas agrícolas se mostra fundamental para garantia da SAN das famílias (FROZI, 2014; SANTOS; GRAVELLO, 2016), pela oferta e diversidade de alimentos, e em certos casos, uma fonte direta de renda monetária, além de manutenção dos hábitos alimentares, conservação da sociobiodiversidade e expressões culturais (FROZI, 2014; GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010; LEMES; BOSCO, 2014; SANTOS; GRAVELLO, 2016). Em várias regiões do Brasil as comunidades quilombolas vivem de múltiplas atividades produtivas, que em geral, são atividades vinculadas à produção e coleta de alimentos, criação de animais, caça e pesca (ARAÚJO et al., 2017; BRITO et al., 2009; DIEGUES et al., 2000; NASCIMENTO; BARROS, 2019; NAVAS et al., 2015; PEDROSO JÚNIOR et al., 2008; RÊGO; CASTRO, 2014; SANTOS; GARAVELLO, 2016).

Tendo em vista os padrões de vulnerabilidade das populações quilombolas e seus modos específicos de viver, devem ser estudadas dimensões de SAN capazes de expressar suas especificidades, como aquelas relacionadas ao consumo alimentar dos indivíduos e as práticas agrícolas que estão fortemente relacionadas com a concretização do DHAA, soberania alimentar e SAN deste grupo. A proposta deste estudo foi avaliar a SAN de residentes em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul por meio das práticas agrícolas e de seu consumo alimentar.



## 2. JUSTIFICATIVA

Os assuntos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) possuem grande relevância para indivíduos e coletividades, uma vez que a saúde resulta da associação de várias políticas públicas intersetoriais, que se estendem sobre as condições de vida dos indivíduos e que também são essenciais para a garantia da SAN, tais como alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego e lazer, acesso e posse da terra, acesso aos serviços de saúde, entre outros (ABRASCO, 2015). Vale lembrar que a alimentação é um dos determinantes e condicionantes da saúde e um direito inerente a todas as pessoas (BRASIL, 2010b).

As populações quilombolas representam a coletividade de uma memória e cultura propriamente singular e buscam serem reconhecidas pelo seu modo de vida, de reprodução social, econômica e forma de organização territorial (ARANTES, 2010). Na reprodução cultural as comunidades são retratadas pela maneira como se relacionam com a terra, sendo um lugar de manifestação e manutenção dos costumes e da sua forma de organização. No que concerne à reprodução física, ela ocorre na perspectiva da garantia de um meio de sustento, como a produção de alimentos para a subsistência por meio das práticas tradicionais (LEMES; BOSCO, 2014).

Nessa perspectiva, os fatores que remetem à garantia da SAN dos quilombolas devem ser estudados, visto que as questões relacionadas ao racismo estrutural configuram a essas populações contextos de vulnerabilidades sociais, econômicas, territoriais e ambientais e constante situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN). Contudo, devem ser levadas em conta dimensões de SAN capazes de expressar suas especificidades, as quais podemos destacar aquelas relacionadas ao consumo alimentar desses indivíduos e as potencialidades locais existentes para a produção e disponibilidade dos alimentos, como as práticas agrícolas desenvolvidas.

Além do mais, apesar do vasto campo de pesquisa a ser explorado, há um número extremamente reduzido de publicações sobre a temática (AFONSO; CÔRREA; SILVA; 2020), conjuntura que deve ser modificada visto que pesquisas nesse âmbito contribuem para ampliar o reconhecimento, a valorização e a visibilidade das populações quilombolas.

As questões relacionadas à SAN, bem como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), continuamente estiveram intrínsecas à minha formação acadêmica. Já os processos que envolvem as práticas agrícolas e o rural, sempre foram presentes no meu cotidiano, visto que nasci no meio rural e vivi até minha idade adulta, além disso, a

agricultura familiar perpassa várias gerações da minha família, como atividade econômica e produção de alimentos para consumo próprio.

A maior aproximação da temática de SAN surgiu em um dos meus campos de atuação da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva com ênfase em atenção básica, no qual presenciei indivíduos que se encontravam em situação de INSAN e com acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente limitado. Ao iniciar o mestrado acadêmico em Saúde Coletiva, meus propósitos de estudar assuntos relacionadas à SAN foram de encontro às ideias da minha orientadora, pesquisadora da área e comunidades quilombolas/população negra.

Entretanto, pensar o rural e a saúde espelha um cenário pouco retratado no discurso da saúde coletiva, diante disso foi necessário um olhar que considerasse o rural além de um espaço apenas agrário, produtivo, ou quadro demográfico e epidemiológico de doenças, mas sim um local enquanto espaço de vida. Também foi fundamental a oportunidade de ter contato com várias áreas de conhecimento e múltiplas “janelas” que se abriram para pensar em um objeto de pesquisa, sendo uma vantagem cursar um mestrado multi e interdisciplinar.

A partir daí a convicção de que as práticas agrícolas, principalmente a agricultura familiar, e a produção de alimentos para autoconsumo se afirmam como garantia de SAN, soberania alimentar e manutenção dos modos de vida característicos dos quilombolas se concretizaram. Além disso, um dos fatores essenciais ao escolher o objetivo da dissertação se deu no intuito de contemplar um banco de dados proveniente do trabalho de doutorado da minha orientadora que abarcava uma investigação inédita no estado do Rio Grande do Sul - pesquisa de base populacional que contemplou a caracterização demográfica socioeconômica e acesso a programas de combate à fome das famílias pertencentes a comunidades remanescentes de quilombos.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional por meio das práticas agrícolas e consumo alimentar de residentes em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Descrever as características demográficas e socioeconômicas das famílias residentes em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul;
- Identificar as práticas agrícolas desempenhadas pelos residentes em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul;
- Avaliar o consumo alimentar dos indivíduos residentes em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul;
- Associar as práticas agrícolas com a qualidade do consumo alimentar das famílias.

#### **4. HIPÓTESES**

- Grande parte das famílias quilombolas desempenha alguma prática agrícola;
- A maioria das famílias quilombolas desempenha práticas agrícolas para a subsistência;
- Entre as famílias quilombolas com práticas agrícolas, a maioria possui mulheres como responsável pela família;
- As famílias quilombolas com práticas agrícolas possuem a alimentação com maior qualidade nutricional.

## **5. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **5.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

#### **5.1.1 Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma evolução conceitual contínua**

O conceito de SAN vem sendo ressignificado e ampliado à medida que diferentes interesses dos mais variados segmentos da sociedade são debatidos, e diversos aspectos socioculturais e político-econômicos são incorporados, conforme se reorganizam as relações sociais e de poder no Brasil e no mundo (ABRANDH, 2013).

Conti (2016) organizou a trajetória política da SAN no Brasil em três fases/períodos. Esses períodos podem ser caracterizados como de abastecimento e assistência alimentar (1920-1980), de ação da cidadania contra a fome e pela SAN (1980-2002) e de construção participativa de políticas públicas de SAN (2003 – 2015).

Segundo Castro (2010), os primeiros estudos científicos no Brasil sobre alimentação e nutrição datam de: 1908, sobre higiene alimentar; 1920, sobre necessidades energéticas mínimas ao organismo humano; 1922, sobre uma tabela de composição dos alimentos brasileiros; e 1932, sobre fisiologia da alimentação. Um marco importante para as primeiras ações de combate a fome no país foi o estudo sobre as condições de vida de operários de Recife, realizado por Josué de Castro, em 1932, no qual o autor mostrou que a fome está diretamente relacionada à renda, à produtividade do trabalhador e às suas condições de vida, explicitando sua dimensão social. Em 1946, Castro publica o seu livro *Geografia da Fome*, obra que abriu caminho para a discussão sociológica, antropológica e política da fome.

No início dos anos 1940, Getúlio Vargas instituiu o salário mínimo que se constituiu em um marco estruturante da política de garantia de renda e de provimento alimentar, acompanhada de outras medidas de proteção de direitos da classe trabalhadora e instituiu o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que tornou obrigatório que a indústria oferecesse alimentação aos empregados, bem como instalação de refeitórios (CASTRO, 2010). Em 1955 a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) regulamentou a Campanha da Merenda Escolar, que em 1979 foi transformada em Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (LEÃO; MALUF, 2012). Esses programas planos eram vistos como respostas emergenciais para o problema da fome e da desnutrição que afligia grande parcela da população (PELIANO, 2010; VASCONCELOS, 2019).

Em decorrência da crise econômica mundial (início dos anos 1960), foi desencadeado um desequilíbrio internacional de abastecimento alimentar, afetando também o Brasil. Diante disso, o Estado brasileiro criou e adotou mecanismos com foco voltado à produção,

distribuição e armazenamento de alimentos no país. Foram criados órgãos como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e a Superintendência Nacional de Abastecimento. A esta última estava vinculada a Companhia Nacional de Alimentos, mais tarde transformada em Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Em 1971 foi criado o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, composto pelas companhias estaduais de abastecimento (Ceasas) (CONTI, 2016).

O comando da política de alimentação se transferiu no pós-guerra para a CNA, que foi extinta em 1972, sendo substituída pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). O INAN se configurou na primeira instituição ligada à SAN, a qual estabeleceu um conjunto de programas direcionados às populações em situação de vulnerabilidade social, integrado ao Plano de Desenvolvimento Nacional, repetindo, assim, o modelo assistencialista para redução da fome e desnutrição, mas sem gerar renda e equidade social (CONTI, 2016; IPEA, 2014; PELIANO, 2010).

A década de 80 foi marcada por crises econômicas, o que agravou as iniquidades sociais. Neste período o Governo Federal mantinha 12 programas voltados à alimentação e nutrição da população (PELIANO, 2010). Em 1985, no contexto da redemocratização do País, espaços de participação e debates sobre o tema da fome e desnutrição foram se estruturando (PELIANO, 2010). Vasconcelos (2005) aponta mudanças significativas no país, em que a política de combate à fome passou a incluir o planejamento participativo; houve a descentralização administrativa; focalização de benefícios; mudança do controle estatal ao social; transferência de renda em dinheiro ao invés de da distribuição de alimentos; início de parcerias entre público e privado e sociedade civil e Estado.

Em 1986 realizou-se I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, no interior da 8ª Conferência Nacional de Saúde, ambas com ampla participação da sociedade civil. Da primeira resultou uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a segunda consagrou a alimentação como um direito de cidadania e incorporou o elemento “nutricional” no escopo da definição de segurança alimentar (LEÃO; MALUF, 2013).

No entanto, no início dos anos de 1990, com o Governo Collor, houve a extinção de quase todos os programas de alimentação e nutrição então existentes, em um contexto de enxugamento da máquina pública. Com o *impeachment* do presidente Collor, assume o governo Itamar Franco (1993/1994) que promove um novo patamar para a questão alimentar na agenda de governo (IPEA, 2014; PELIANO, 2010).

Conforme Maluf (2010), dois eventos, ambos com intensa participação da sociedade civil, foram muito importantes para o desenvolvimento do enfoque intersetorial da SAN no Brasil. Um deles foi a formulação e a difusão, em 1991, de uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar pelo governo paralelo, Partido dos Trabalhadores, que foi rejeitada pelo governo Collor, mas a seguir foi parcialmente assumida pelo governo Itamar Franco - e mais tarde se tornou a base do Programa Fome Zero (PFZ). Essa proposta subsidiou, em 1993, a criação da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida, liderado pelo sociólogo Herbert José de Souza (Betinho). Além disso, a proposta serviu de documento-referência para a constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que acabou sendo extinto em 1994.

Em 1994, a definição de SAN de 1986 se consolida na I Conferência Nacional de SAN, apoiada nas mobilizações da Ação pela Cidadania e pelo CONSEA, ganhando força nos processos preparatórios da Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996, e na criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, em 1998 (ABRANDH, 2013). Entretanto, o presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995, como uma de suas primeiras medidas de governo, dissolveu o CONSEA e em seu lugar criou o Conselho da Comunidade Solidária com o objetivo de operacionalizar uma estratégia global de proteção social, contudo, sem adotar uma Política Nacional de SAN (CONTI, 2016).

Os programas sociais aprovados pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso foram: em 1999 a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) ligada ao Ministério da Saúde; em 2001 foram instituídos o Bolsa Alimentação e o Bolsa Escola vinculados ao Ministério da Educação e o Vale Gás do Ministério de Minas e Energia. Porém, cada programa possuía seus próprios critérios de elegibilidade, banco de dados de beneficiários e estratégias de implementação, o que impossibilitou articulação efetiva entre eles e outras ações em curso para o combate à pobreza e a garantia da segurança alimentar no país (IPEA, 2014).

A PNAN está entre as políticas que convergem para o alcance da SAN em relação a dimensão nutricional, sendo considerada o elo entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A PNAN evidencia as transições epidemiológica, nutricional e demográfica, sendo considerada uma etapa importante para a configuração da área no campo da saúde. Além disso, a Política projeta um modelo de SAN fundamentado no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), destacando a alimentação e a nutrição como requisitos de promoção e proteção da saúde (ABRASCO, 2015).

No âmbito governamental, a partir de 2003 abriu-se um novo cenário e o tema da SAN adentrou efetivamente na agenda política, com a adoção do PFZ pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que fortaleceu os processos de participação social e construção coletiva de políticas públicas (IPEA, 2014; VASCONCELOS, et al., 2019). Após o lançamento do PFZ, o CONSEA foi recriado e a II Conferência Nacional de SAN, realizada em Olinda (PE) no ano de 2004, oficializou a definição de SAN, com posterior incorporação à Lei nº 11.346/2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (IPEA, 2014; LEÃO; MALUF, 2012).

A LOSAN foi responsável pela criação do SISAN, definindo seus princípios, diretrizes e integrantes, quais sejam: a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o CONSEA, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), os órgãos e entidades de SAN nas esferas federal, estadual e municipal (BRASIL, 2006). O SISAN é um sistema público, de gestão intersetorial e participativa, que promove uma ampla rede de articulação entre os entes federados, a sociedade civil e as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, para a implementação e execução da Política de SAN (BRASIL, 2018d; MALUF, 2010).

No que tange aos grupos e segmentos culturalmente diferenciados, o Artigo 4º da LOSAN, em seus Incisos III e IV, estabelece “a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social”; e, “a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população”, respectivamente (BRASIL, 2006). Nessa perspectiva, a LOSAN representa uma das principais conquistas no que tange à realização do DHAA, reafirmando o seu dever contido na Constituição Federal de 1988, sendo também considerada um importante marco no campo das políticas de SAN (ABRANDH, 2013; BRASL, 2018d).

Dessa forma, as dimensões pertinentes à (In)Segurança Alimentar foram deixando de ser meramente ligadas à produção e ao acesso da população aos alimentos para abrigar eixos como: meio ambiente, populações tradicionais, equidade de gênero, democracia, participação social, empoderamento, dentre outras. Refletindo uma visão abrangente e integrada, a SAN é possui esferas sociais, culturais, econômicas, ambientais e culturais, sendo definida pela LOSAN como:



a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006, pg. 04)

Para o extinto<sup>2</sup> Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2017) a SAN

demanda ações intersetoriais de garantia de acesso à terra urbana e rural e território, de garantia de acesso aos bens da natureza, incluindo as sementes, de garantia de acesso à água para consumo e produção de alimentos, da garantia de serviços públicos adequados de saúde, educação, transporte, entre outros, de ações de prevenção e controle da obesidade, do fortalecimento da agricultura familiar e da produção orgânica e agroecológica, da proteção dos sistemas agroextrativistas, de ações específicas para povos indígenas, populações negras, quilombolas e povos e comunidades tradicionais. É, ainda, fundamental que as ações públicas para garantia de segurança alimentar possam contemplar abordagem de gênero e geracional.

### **5.1.2 Direito Humano à Alimentação Adequada e Soberania Alimentar**

A partir da II Conferência Nacional de SAN em 2004, o DHAA começa a ser incorporado nos discursos e textos dos atores governamentais e representantes da sociedade civil. Após a retomada do CONSEA em 2004, importantes avanços foram constituídos:

i) a mudança paradigmática do enfoque tradicional da SAN para a adoção da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, que incorpora outros elementos conceituais como a dignidade humana e as obrigações do Estado, ressignificando, com isso, a forma de promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional; ii) a consagração do direito humano à alimentação como um direito constitucional como fruto de bandeira política conjunta do CONSEA e do governo federal, reforçando com isso a demanda por instrumentos de exigibilidade deste direito e as obrigações do Estado Brasileiro com as pessoas que têm este direito violado; e iii) o reforço do sentimento nacional de que não aceitamos mais viver num País de fome, e, miséria e exclusão social contando com os recursos naturais e a riqueza que dispomos e geramos e, ainda, que os meios para o alcance pleno do DHAA podem e devem ser compartilhados entre todos(as). (RECINE; LEÃO, 2010, pg. 40).

Nesse sentido, a evolução do conceito de SAN, no Brasil e no mundo, aproxima-se, cada vez mais, da abordagem do DHAA. Em 2010, via Emenda Constitucional nº 64, a alimentação adequada torna-se direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal (BRASIL, 2010b).

<sup>2</sup> Por meio da Medida Provisória nº 870, editada pelo presidente Jair Bolsonaro em janeiro de 2019, o CONSEA foi extinto, o que fragiliza sobremaneira o funcionamento do SISAN e compromete processos de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada em todas as esferas de governo.

A expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada” tem origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que é definido em 2002 pelo Relator Especial da ONU:

o direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (ONU, 2002)

Como o conceito de SAN, o DHAA não se resume apenas a uma dimensão, mas envolve o direito de estar livre da fome e da má nutrição e o direito à alimentação adequada. O DHAA não pode se limitar, por exemplo, a combater apenas a fome ou má nutrição, pois não estará sendo plenamente realizado como processo de transformação, que envolve elementos de justiça social e econômica, a depender da realidade específica de todos os povos e comunidades (RECINE; LEÃO, 2010; SANTARELLI et al., 2017).

Ressalta-se também, que o termo “adequada” do DHAA não se limita ao aspecto biológico, sanitário ou nutricional do alimento, mas abrange elementos que envolvem o respeito aos hábitos e cultura alimentar, processos de produção de alimentos que englobem princípios da sustentabilidade ambiental e relações de sociais e de trabalho justas (RECINE; LEÃO, 2010)

Documento elaborado pela FIAN Brasil traz críticas ao atual conceito de DHAA e afirma que apesar dos significativos avanços na busca por definições mais precisas sobre o significado do termo, deve ocorrer uma nova conceituação que

incorpore de forma mais explícita a dimensão nutricional, os direitos das mulheres e questões de gênero e a soberania alimentar em sua estrutura conceitual, para superar a forma reducionista com que a perspectiva dos direitos humanos tem sido aplicada nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional por força da influência de diversos grupos de poder, como as elites econômicas e políticas. Tem-se, dessa maneira, portanto, o novo marco conceitual do DHAA. Importante, ainda, agregar a esses um quarto elemento: a dimensão étnica e racial. [...] verifica-se que a discriminação e o racismo geram e agravam, de maneira acentuada, violações de direitos humanos [...]. (SANTARELLI et al., 2017, pg.8)

O DHAA é violado toda vez que indivíduos, grupos ou comunidades não satisfazem suas necessidades nutricionais devido à falta de acesso regular a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, bem como, malnutrição das pessoas por deficiências de nutrientes (anemias, hipovitaminoses e outras carências específicas). Além disso, constitui violação do DHAA, consumir alimentos de má qualidade nutricional e sanitária, como também aqueles produzidos com a utilização de agrotóxicos (CONSEA, 2010; RECINE; LEÃO, 2010).

Conforme a LOSAN, a consecução do DHAA e da SAN requer o respeito à soberania alimentar, que confere aos povos o direito de decidir sobre o que produzir e consumir e definir políticas que garantam a SAN, incluindo o direito à preservação de práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura (BRASIL, 2006; ABRANDH, 2013). Segundo o extinto CONSEA, “soberania alimentar significa garantir a soberania dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores e pescadoras, entre outros grupos, sobre sua cultura e sobre os bens da natureza” (CONSEA, 2017). Diante disso, não há como tratar de forma isolada os conceitos de DHAA, SAN e Soberania Alimentar, uma vez que são conceitos interdependentes (ABRANDH, 2013).

Sabe-se que, ao longo das últimas décadas, diversos programas e políticas públicas foram elaborados, aprimorados e executados para assegurar o DHAA como um dos direitos fundamentais e para garantir a soberania e a SAN no Brasil, além da construção de sistemas públicos de garantia de acesso a alimentos e incentivo à agricultura sustentável (IPEA, 2019). Do ponto de vista dos marcos institucionais e legais associados a esse fenômeno, cabe destacar a aprovação da Lei nº 11.346/2006 – LOSAN, com a consequente criação do SISAN; a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, que incluiu a alimentação no rol de direitos sociais da Constituição Federal do Brasil, a aprovação da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), os Programas de Convivência com o Semiárido; o Plano Safra da Agricultura Familiar; o Programa de Aquisição de Alimentos; o Programa Nacional de Alimentação Escolar; o Guia Alimentar da População Brasileira, entre outros (CASTRO, 2019; SANTARELLI et al, 2017; CONSEA, 2018).

Todos esses avanços obtidos no acesso à alimentação no Brasil nos últimos anos são resultado de um conjunto de ações voltadas aos direitos sociais e combate à fome. Como resultados, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), a insegurança alimentar grave no país caiu constantemente de 2004 (6,9%) até 2013 (3,2%), quando alcançou seu menor patamar histórico, o que fez com que o Brasil saísse do Mapa Mundial da Fome (FAO, 2014; IPEA, 2019).

Conforme Vasconcelos et al. (2019) em relação às políticas de alimentação e nutrição no Brasil, durante os períodos de 2003 a 2018 houve três grandes ciclos. A gestão de Lula focava na redução da fome, sendo criados marcos legais com implementação e valorização da SAN, apesar de que também houve incentivo à agricultura industrial baseada em grandes propriedades. O governo Dilma inicialmente trabalhou com a ideia de erradicação da miséria e pobreza extrema, seguido de um período de recessão, no qual é iniciada uma política de

austeridade, associada à promoção de hábitos alimentares saudáveis diante do agravamento das doenças crônicas não transmissíveis. Na gestão de Temer, houve grandes retrocessos, em que cortes orçamentários contínuos fragilizam as políticas sociais de redução da fome, da miséria, da pobreza e da promoção da SAN.

Apesar dos avanços realizados no país no campo da SAN (CONSEA, 2010), a PNAD de Segurança Alimentar publicada em 2014 (IBGE, 2014) verificou que 22,6% das famílias brasileiras ainda vivem em graus diferenciados de insegurança alimentar: 14,8% em situação de insegurança alimentar leve, 4,6% em situação moderada e 3,2% em situação grave. Também persistem desafios históricos para a plena realização do DHAA, além disso, novas implicações emergiram na sociedade brasileira: destinação de terras para a produção voltada para o mercado externo (FIAN BRASIL, 2019), uso intensivo de agrotóxicos na produção agrícola do país; sementes transgênicas; epidemia da obesidade; aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e diminuição do consumo de alimentos básicos, como frutas e verduras (BRASIL, 2014; CONSEA, 2010; IPEA, 2019).

Há o constante ataque à política ambiental, à reforma agrária e aos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas (FIAN BRASIL, 2019), queda nos níveis de execução políticas de compra pública e distribuição da produção da agricultura familiar, como o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e, em menor medida, o PNAE (FIAN BRASIL, 2019; IPEA, 2019) e, sobretudo a extinção do CONSEA (CASTRO, 2019; FIAN BRASIL, 2019; IPEA, 2019). Conforme publicação do IPEA, a iniciativa recente do governo brasileiro em extinguir o CONSEA aponta fatores preocupantes em relação à continuidade dos avanços do país no cumprimento das metas em relação ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”(IPEA, 2019).

Castro (2019) e Recine et al. (2019) deixam claro que a extinção do CONSEA interfere no funcionamento do SISAN e compromete processos de garantia do DHAA em todas as esferas de governo, além de gerar graves prejuízos ao processo de planejamento e implementação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, Castro (2019) indica uma atual conjuntura no país de piora de indicadores sensíveis à degradação das condições de vida, tais como: exacerbação da mortalidade infantil, interrupção do processo de diminuição da desigualdade de renda e de raça, crescimento do desemprego e da pobreza, entre outros. A autora salienta ainda, que há indícios de que o Brasil retornará ao Mapa da Fome das Nações Unidas.

Em relação aos sistemas alimentares, todos esses retrocessos reforçam um sistema

alimentar baseado na monocultura, agricultura intensiva e concentração de terras, uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, além de comercialização e oferta acentuada de alimentos mais processados. Esse sistema hegemônico acarreta injúrias ambientais e injustiças socioambientais e conflitos no campo, intensifica o risco de doenças causadas pelo consumo de alimentos não saudáveis, promovendo o aumento de doenças e agravos, além de violações do DHAA (CONSEA, 2018; RECINE, et al. 2019).

No panorama mundial, o relatório Estado de Segurança Alimentar e Nutricional do Mundo (SOFI) 2019 (FAO, 2019) divulgou um grave quadro de desigualdades globais em que o quantitativo de pessoas que enfrentam a fome aumentou novamente. Com a inclusão do indicador FIES (*Food Insecurity Experience Scale*) e uma avaliação da insegurança alimentar moderada, há números mais completos que mostram que cerca de dois bilhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar, a nível global. Isso tem impacto direto no aumento de outras formas de malnutrição, como a deficiência de micronutrientes e a obesidade. Swinburn et al. (2019) apontam que os sistemas alimentares atuais são responsáveis pelo que especialistas estão considerando como uma “síndrome global” – a sinergia de três pandemias: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas.

### 5.1.3 Dimensões e indicadores da Segurança Alimentar e Nutricional

Conforme Leão e Maluf (2012), ao acrescentar o termo “nutricional” à expressão “segurança alimentar”, a formulação brasileira de SAN pretendeu

interligar os enfoques socioeconômico e de saúde e nutrição que estiveram na base da evolução dessa noção expressando a perspectiva intersetorial. Outra peculiaridade é englobar numa única noção duas dimensões, de fato inseparáveis, que são a disponibilidade de alimentos e a qualidade desses bens, sem diferenciar a disponibilidade física (*food security* – segurança alimentar) da qualidade dos alimentos em termos da inocuidade do seu consumo (*food safety* – segurança dos alimentos). (LEÃO; MALUF, 2012 pg. 47)

Diante disso, no conceito de SAN, consideram-se dois elementos distintos e complementares: a dimensão alimentar - com indicadores sobre produção, disponibilidade, comercialização, acesso e consumo do alimento saudável; e a dimensão nutricional - com indicadores relacionados às práticas alimentares, a utilização biológica dos alimentos (indicadores antropométricos, bioquímicos etc.) contemplando todas as fases do ciclo de vida (CONSEA, 2010; ABRANDH, 2013; LEÃO; MALUF, 2012) e a promoção da saúde (ABRASCO, 2015). No quadro 1 são apresentados os principais aspectos que caracterizam as dimensões alimentar e nutricional.

Quadro 1 - Principais aspectos que caracterizam as dimensões alimentar e nutricional da SAN.

<b>Dimensão Alimentar</b>	<b>Dimensão Nutricional</b>
Alimentos suficientes e adequados para atender a demanda da população;	Disponibilidade de alimentos saudáveis;
Estabilidade e continuidade para garantir a oferta permanente	Preparo dos alimentos com técnicas que preservem o seu valor nutricional e sanitário;
Autonomia para que se alcance a autossuficiência nacional nos alimentos básicos;	Consumo alimentar adequado e saudável para cada fase do ciclo da vida;
Equidade para garantir acesso universal às necessidades nutricionais adequadas para manutenção ou recuperação da saúde nas etapas do curso da vida, bem como nos diferentes grupos populacionais;	Condições de promoção da saúde, da higiene e de uma vida saudável para melhorar e garantir a adequada utilização biológica dos alimentos consumidos;
Alimentos sustentáveis do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural.	Condições de promoção de cuidados com a própria saúde, com a saúde da família e da comunidade;
	Direito à saúde, com o acesso aos serviços de saúde, garantido de forma oportuna e resolutiva;
	Prevenção e controle dos determinantes que interferem na saúde e nutrição, tais como as condições psicossociais, econômicas, culturais e ambientais;
	Boas oportunidades para o desenvolvimento pessoal e social no local em que se vive e se trabalha.

Fontes: Adaptado de ABRANDH (2013); CONSEA (2010).

Conforme Maluf (2010, pg.31), determinou-se “a compreensão de que vários fatores incidem na condição alimentar e nutricional nos vários níveis em que ela pode ser avaliada – desde os indivíduos e famílias até os âmbitos nacional e global – condicionando o objetivo da

SAN”. Dessa forma, o caráter abrangente e intersetorial da SAN implica grandes desafios de mensuração e monitoramento, sendo que ao longo do tempo foram estabelecidas distintas estruturas conceituais e metodológicas para a contextualização da Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) e para a avaliação da realização progressiva do DHAA (BRASIL, 2018d).

Inicialmente adotou-se, no âmbito do governo federal, dimensões de análise da SAN com base nas orientações da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO): disponibilidade do alimento; acesso (físico e econômico) ao alimento; utilização dos nutrientes; estabilidade da disponibilidade, acesso e utilização do alimento (FAO, 2014).

A disponibilidade de alimentos pauta-se às ações e condições da produção suficiente de alimentos, envolvendo questões de produção, comércio internacional e nacional, abastecimento e distribuição de alimentos. O acesso refere-se à capacidade de obtenção de alimentos, em quantidade suficiente e nutricionalmente adequada, respeitando o uso cultural e a aceitabilidade social da sua obtenção, por exemplo, por meio da produção, compra, caça ou troca. No que concerne à utilização dos nutrientes, ela diz respeito ao aproveitamento biológico dos alimentos, englobando as condições de saúde dos indivíduos assistidos pelos programas sociais, quanto a situação microbiológica do alimento e os riscos de contaminação químicos e físicos dos mesmos. Por conseguinte, essa dimensão abrange, também, o conhecimento nutricional, as escolhas e hábitos alimentares, e o papel social da alimentação na família e na comunidade. A estabilidade liga-se à temporalidade dessas três dimensões, relacionando-se a regularidade com que essas ações atendem os grupos sociais contemplados pelas políticas públicas (BRASIL, 2014; FAO, 2014).

A partir de uma iniciativa do CONSEA, foi instituído o “Grupo de Trabalho de Indicadores e Monitoramento”, formado por representantes de diversos setores governamentais, instituições de pesquisa e membros de organizações da sociedade civil, resultando na elaboração de uma matriz conceitual, composta de sete dimensões de análise da SAN, a saber: produção de alimentos; disponibilidade de alimentos; renda e despesas com alimentação; acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; educação e programas e ações relacionadas à SAN.

Adotadas pelo Decreto n.º 7.272/2010 no monitoramento da Política de SAN (BRASIL, 2010a; 2018d; CONSEA, 2020), esses indicadores de monitoramento são capazes de expressar as múltiplas dimensões da SAN, além de captar a diversidade cultural, territorial e regional do País, as desigualdades de gênero, étnicas e raciais e a condição particular dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (CONSEA, 2010).

No que se refere aos indicadores de produção e disponibilidade dos alimentos, eles estão fortemente relacionados à concretização do DHAA e dependem de um conjunto de fatores para sua concretização (ABRANDH, 2010). Para tanto, é necessário considerar os modelos de produção agrícola do Brasil. Atualmente, há uma contraposição entre dois modelos, que apontam para distintas concepções de ocupação do espaço agrário, de organização social e de relação com a natureza: o modelo agroexportador, baseado em grandes propriedades monocultoras, e o modelo de agricultura familiar, baseado em pequenas propriedades com produção diversificada e voltada prioritariamente ao mercado interno (CONSEA, 2010).

Os povos e comunidades tradicionais possuem características como o compartilhamento da terra para uso coletivo com baixo impacto ambiental e as cooperações dentro do grupo para fortalecer sua sobrevivência. A partir do conhecimento da natureza e seus ciclos, no manejo dos recursos naturais e com relações de trocas e cooperação com ocupação de múltiplos espaços produtivos e atividades produtivas, a produção desses povos cumprem inicialmente a função de garantir a subsistência e, posteriormente, a comercialização de seus excedentes para a agregação de renda para o seu sustento (CONTI; COELHO-DE-SOUZA, 2013; DIEGUES et al., 2000). Além do mais para manter produção e disponibilidade a alimentos, a garantia da posse da terra é crucial nas condições de vida das famílias quilombolas, sendo o acesso à terra fator explicativo para que se possa compreender a situação em relação à SAN e soberania alimentar dessas populações (BRASIL, 2018d; CONSEA, 2010; GUBERT et al, 2017).

As questões relacionadas à renda também interferem diretamente na SAN dos indivíduos por ser um dos principais fatores que garantem o acesso regular e permanente a alimentos (CONSEA, 2010; GUBERT et al., 2017). Pereira (2012) mostra em sua pesquisa na comunidade quilombola de Mumbuca/TO que a falta de dinheiro é um dos fatores que levam as famílias a conviver com a quantidade insuficiente de alimentos para os adultos e para as crianças. Com base nos resultados das pesquisas que denunciam a extrema vulnerabilidade dos povos e comunidades tradicionais, a partir de 2010, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), passou a identificar e cadastrar famílias provenientes de grupos populacionais tradicionais específicos (BRASIL, 2013d). Dados do CadÚnico mostram que, em junho de 2020, no Rio Grande do Sul havia 3.283 famílias quilombolas cadastradas, 1.613 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família e 2.474 famílias recebiam renda per capita mensal de até meio salário mínimo (SAGI, 2020).



A dimensão do acesso à alimentação adequada envolve todo o sistema alimentar, desde a produção até o consumo dos alimentos, sendo permeada pelo comportamento alimentar dos indivíduos, em que as práticas alimentares compreendem os itens consumidos e relacionam-se às representações coletivas, ao imaginário social, às crenças do grupo e às suas práticas culturais (CONSEA, 2010; NAVAS et al., 2015).

A avaliação do consumo alimentar é essencial para a compreensão das relações existentes entre alimentação e eventos de morbimortalidade, além de permitir o conhecimento dos determinantes da ingestão alimentar (SILVA, 2013). Nesse contexto, alguns indicadores da alimentação adequada são a composição nutricional da dieta, número de refeições realizadas, consumo de grupos alimentares, entre outros (CONSEA, 2010).

Importante salientar os processos de transição demográfica, epidemiológica e nutricional que vêm ocorrendo, visto que possuem relação direta com o perfil de consumo alimentar da população e sua morbimortalidade. Os hábitos e práticas alimentares sofreram grandes transformações devido a inúmeras influências como a ampliação do acesso ao mercado e à globalização mundial, observa-se a passagem de uma dieta baseada em refeições sem processamento ou minimamente processadas, para uma alimentação cada vez mais predominante em produtos ultraprocessados, ricos em açúcares, gorduras e sal (ABRASCO, 2015; BRASIL, 2014; CONSEA, 2018).

Em relação aos quilombolas, algumas pesquisas verificaram mudanças na alimentação destas populações, com maior dependência de produtos industrializados e menor produção para autoconsumo (CASTRO, 2010; NAVAS et al., 2015). Também foi identificado inadequações na ingestão de nutrientes (macro e micronutrientes) entre quilombolas de algumas regiões do país (MELO et al., 2020; SILVA, 2013).

## 5.2 POPULAÇÕES QUILOMBOLAS

### 5.2.1 Populações Quilombolas: origem e definição

Historicamente, os povos e comunidades tradicionais não foram incluídos no processo de desenvolvimento social e econômico do Brasil, vivendo entre a invisibilidade e o preconceito (ARANTES, 2010). O direito ao acesso e permanência na terra foi negado, tanto pela “Lei de Concessão de Terras” de 1850 que pretendeu moldar a sociedade brasileira na perspectiva da propriedade privada de terras, concebendo a posse e a propriedade da terra àquele que possuía recurso monetário para adquiri-la e legalizá-la cartorialmente, quanto pela forma com que se deu a abolição da escravatura, que não levou em conta meios de

redistribuição de terras (BRASIL, 2012).

Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver (LEITE, 2000), sendo que constituir um quilombo, mesmo após a abolição formal da escravidão, tornou-se uma forma de sobrevivência, visto que, esse modo de organização comunitária continuaria a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade (BRASIL, 2012).

A palavra “quilombo” tem origem nos povos de língua bantu, onde era designada de “Kilombo” (MUNANGA, 1996). O termo significa “acampamento guerreiro na floresta” e surgiu entre o Zaire e a Angola, no período dos séculos XVI e XVII para representar os locais onde grupos se encontravam para se opor às instituições escravocratas (LEITE, 2000; MUNANGA, 1996). Segundo Munanga (1996), a palavra quilombo enquanto instituição sociopolítica e militar é resultado de uma longa história de conflitos pelo poder, de cisão dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios.

Conforme Gomes (2015), desde as décadas iniciais da colonização no Brasil, tais comunidades ficaram conhecidas primeiramente com a denominação mocambos e depois quilombos, sendo formados na maioria das vezes por indivíduos escravizados que fugiam. Conforme o autor, dos canaviais e engenhos do Nordeste surgem as primeiras notícias de fugas de escravizados e a constituição de comunidades, sendo o primeiro registro na Bahia em 1575.

No ano de 1740 (Período Colonial) no Brasil, o Conselho Ultramarino português usava como definição de quilombo: “toda habitação de negros fugidos, que passassem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. No decorrer do Período Imperial, mantinham-se os elementos de definição, reduzindo, porém, o número de fugitivos que formavam um quilombo para dois ou três indivíduos e, com isso, procurar inviabilizar qualquer tentativa de autonomia produtiva. Havia a concepção na definição de quilombo, que sua localização era marcada pelo isolamento geográfico, em lugares de difícil acesso, fora do mundo da produção, trabalho e do mercado (ALMEIDA, 2011). Contudo, na opinião de Almeida (2011) a ideia de isolamento dos quilombos está superada, uma vez que foram as transações comerciais da produção agrícola e extrativa que ajudaram a consolidar suas fronteiras físicas.

Durante todo o período republicano os assuntos relacionados aos quilombos permanecem invisíveis, visto que, com a abolição da escravidão acreditou-se que os

quilombos desapareceriam ou deixassem de ter motivação para existir (ALMEIDA, 2011). Os quilombos voltam a aparecer na legislação apenas com a Constituição de 1988, transcorrendo cerca de 100 anos da abolição até ser inscrito no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro (ARANTES, 2010; BRASIL, 2012; O'DWYER, 2007).

O artigo ensejou diversas discussões técnicas e acadêmicas, além de militantes da área, por se referir aos quilombolas como “remanescentes”, transparecendo a ideia de que as atuais comunidades quilombolas seriam resquícios de antigos quilombos formados por negros cativos ou libertos durante o período da escravidão e como unidades fechadas, igualitárias e coesas (LEITE, 2000; O'DWYER, 2007).

A partir desses debates, por meio do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, em 1994, a Associação Brasileira de Antropologia emitiu parecer em relação às comunidades negras: “o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea [...]”. Mas consistem em “grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, cuja identidade se define por uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados” (ABA, 1997).

Nessa perspectiva, resultante de pressões, principalmente dos movimentos negros, foram criadas diversas legislações que regulamentam o procedimento para o reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas, como o Decreto nº 4.887/2003, que define as comunidades quilombolas como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

Atualmente o conceito de quilombo transpassa as características históricas e jurídicas, está sendo pensado dentro de um significado que abrange as múltiplas formações das comunidades, auto identificação e conhecimentos antropológicos que identificam não só lugares de moradia e de produção agrícola, bem como os espaços dedicados ao exercício de seus modos de vida específicos (ARANTES, 2010; LEITE, 2000; O'DWYER, 2007).

### 5.2.2 População Quilombola no Rio Grande do Sul

Conforme Filho (1997), os primeiros negros escravizados fixaram-se no Rio Grande do Sul (RS) no litoral sul no decorrer do século XVIII. Porém, desde 1680 verificou-se sua presença na fundação da Colônia de Sacramento, contrabando de indivíduos escravizados no Rio da Prata e participação em movimentos militares (FILHO, 1997). No final do século XVIII a importância da mão de obra escravizada se acentua em atividades como a produção de trigo, nas fazendas de criação de gado e principalmente nas charqueadas da região Sul do Estado (LEITE, 1996). Machado (2016) aponta que no Estado a mão de obra escravizada esteve presente nas estâncias, nas charqueadas, nos trabalhos domésticos e na coleta da erva-mate.

Os primeiros quilombos no RS datam o início da ocupação lusitana. No século XIX já são numerosas as documentações informando a presença de quilombos formados no estado, principalmente aos arredores de Pelotas por intermédio das charqueadas que continham mão de obra escravizada (FILHO 1997). Segundo o Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER) (2006), a região de Cima da Serra tornou-se um lugar visado para as fugas, pois havia grandes extensões de terras desocupadas com matas e lugares protegidos nos vales criados pelos peraus.

Períodos de conflitos coloniais foram também determinantes para o aumento das fugas e o crescimento dos quilombos no Estado. No século imperial, no período da Regência com a revolta Farroupilha houve a exacerbação das deserções. Os conflitos de fronteiras também facilitaram, como nas fronteiras da Argentina e do Uruguai durante a guerra Cisplatina. Na época da independência (1822-1823) e mais ainda durante a guerra do Paraguai (1864-1870) houve aumento das deserções, inclusive de escravizados que tentavam se passar por livres e se alistar nas tropas (GOMES, 2015).

Rubert (2010) aponta que a constituição territórios quilombolas no RS se deu a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem: o esconderijo/refúgio; doação testamental por parte do antigo senhor/estancieiro; compra; apossamento de terrenos impróprios às atividades produtivas dominantes e recompensa por participação em revoluções.

De acordo com Leite (1996), a invisibilidade do negro no Sul do país, cujo argumento defendido é de que a presença de mão de obra escravizada na pecuária gaúcha não foi tão significativa quanto na monocultura agrário-exportadora em outras regiões brasileiras, foi um

dos supostos dos ideais de branqueamento da população brasileira que norteou a política de imigração promovida pelo Brasil Imperial.

Dessa forma, principalmente na última década do século XIX, na região Sul do Brasil ocorreu a ocupação do espaço geográfico com a imigração europeia, inicialmente restrita ao Vale dos Sinos, mas que foi fortemente impulsionada para várias regiões do estado nos anos que antecederam e que sucederam a abolição da escravatura (RUBERT, 2007). Os imigrantes atraídos pelo Governo brasileiro tinham a garantia da posse de terras, além de outros subsídios financeiros (MACHADO, 2016).

Dessa maneira, iniciou-se a expulsão das famílias negras dos territórios de plantio e de morada (MACHADO, 2016), sendo que as condições de vida dos ex-escravizados e seus descendentes no período Pós-Abolição se mantiveram precárias com a exclusão social e a expropriação de territórios, havendo um espaço agrário duplamente fechado pelos latifúndios pastoris e pelas colônias de imigrantes europeus. Importante salientar ainda, que a fragilidade dos territórios negros do RS também corresponde ao intenso e precoce processo de modernização da agricultura (RUBERT, 2007).

Essa realidade permaneceu durante o século XIX, onde as famílias negras permaneceram em constantes migrações e itinerâncias em busca de trabalho e garantias mínimas de sobrevivência. Machado (2016) em sua pesquisa de mestrado averiguou que as famílias estabelecidas na comunidade Quilombola de Júlio Borges, na região do Alto Jacuí/RS (década de 60 e 70), foram atraídas pela possibilidade de trabalho em propriedades extrativas da pedra ágata, contudo, tiveram que submeter ao trabalho penoso, sem garantias, e baixa remuneração.

De acordo com Rubert (2010), nos últimos anos a revisão crítica da literatura tem sido efetiva em apontar a relevância do trabalho dos negros na formação econômica, política e cultural do RS e, concomitantemente, apontar para a invisibilidade e silenciamento nas narrativas oficiais, da participação afrodescendente na composição da sociedade rio-grandense. Silva (2010) afirma que o estado se inseriu no debate de forma mais intensa sobre o reconhecimento formal do movimento quilombola gaúcho e suas reivindicações por políticas públicas específicas nos últimos anos quando ocorreu o reconhecimento pelo Estado Brasileiro da primeira Comunidade Remanescente de Quilombos de Casca, situada no interior do município de Mostardas.

Em 1994, o NUER da Universidade Federal de Santa Catarina iniciou o projeto “Pluriethnicidades e Intolerâncias: relações interétnicas no sul do Brasil”, apontando a existência de 43 territórios negros ou remanescentes de quilombos no RS (NUER, 2006). Este

levantamento serviu de subsídio para a elaboração de laudos antropológicos em outras comunidades (BENEDETTI, 2014).

No contexto de implementação de políticas de combate à pobreza rural e à degradação dos recursos naturais no estado, o Programa RS Rural passou a incluir em razão de pressões dos movimentos sociais, os “públicos especiais”: indígenas, remanescentes de quilombos, assentados da reforma agrária e pescadores artesanais (RUBERT, 2007). Dessa forma, o Programa RS Rural, sediado na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul e viabilizado por meio de convênio entre o Governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, juntamente com a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS-Ascar) e o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra deliberaram pela realização de um diagnóstico das comunidades negras rurais (BENEDETTI, 2014).

As ações implementadas através do Programa RS Rural, entre as quais, a realização da I Conferência Estadual das Comunidades Quilombolas, no ano de 2003, deram visibilidade a estas comunidades e aproximaram lideranças quilombolas de várias regiões do estado. Da mesma forma, novas entidades vinculadas ao movimento negro, Organizações Não-Governamentais, universidades, agências do Estado e EMATER, passaram a desenvolver ações, constituindo-se um espaço de mediação junto às comunidades quilombolas (BENEDETTI, 2014).

No Estado, os territórios ocupados por comunidades estão distribuídos por todo o estado, sendo a maioria encontrada no meio rural, contudo em algumas regiões há quilombos na área urbana das cidades (RUBERT, 2010). Rubert (2010) aponta as regiões com grande concentração de quilombos rurais, tais como: o litoral/lagunas (municípios de Osório, Mostardas, Palmares do Sul etc.); região Metropolitana e Serrana (municípios de Viamão, Gravataí, Taquara, Arroio do Meio etc.); Região dos Pampas e Antigas Charqueadas (municípios de São Lourenço, Canguçu, Alegrete, Santana do Livramento, Pelotas); região da Depressão Central (Restinga Seca, Nova Palma, Rio Pardo, São Sepé, Formigueiro etc.). Até agosto de 2020, com a publicação da Portaria nº 118/2020, havia no Estado 137 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020).

Ao mesmo tempo em que existem especificidades regionais entre as comunidades quilombolas gaúchas, verifica-se alguns aspectos recorrentes entre as comunidades, como questões de vulnerabilidade social, o não acesso ou acesso parcial às políticas públicas e

serviços básicos e precariedade das condições de vida (PAULI, 2019; RUBERT, 2007; 2010; SILVA, 2010).

As principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas rurais são de ordem socioeconômica, como a dimensão reduzida das terras ocupadas e a falta de alternativas para a geração de renda. Dados de uma pesquisa realizada no Estado mostram que 55,2% das comunidades estudadas dispõem de menos de três hectares por família (RUBERT, 2007). Além disso, os territórios das comunidades foram e têm sido reduzidos a áreas pouco adequadas à prática da agricultura (terrenos alagados ou muito íngremes e pedregosos) (RUBERT, 2007; 2010). A exemplo disso é a pesquisa de Rodrigues Gois e Miguel (2019) com comunidades quilombolas de Pelotas/RS, na qual foi identificada escassez de espaço para o plantio em 80% das famílias entrevistadas.

### **5.2.3 Políticas públicas para Comunidades Quilombolas**

As reivindicações por inserção da temática racial na agenda das políticas públicas de âmbito federal se acentuaram com a Constituição Federal de 1988, em que o racismo foi caracterizado como crime. Ocorreu o reconhecimento do direito à propriedade definitiva da terra e o direito à manutenção da cultura e dos costumes destas comunidades e a criação da Fundação Cultural Palmares (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014; LIMA, 2010).

Contudo, foi nos anos 2000, de acordo com Lima (2010), que as políticas públicas com recorte racial tiveram destaque no Brasil, sobretudo durante o governo Lula com participação ativa do Movimento Negro. Diante desse cenário, várias políticas públicas passaram a ser implementadas com o envolvimento de diversos ministérios e órgãos federais, abordando tópicos relacionados à prestação de serviços públicos e acesso a políticas sociais (BRANDÃO; JORGE, 2016; DALOSTO; DALOSTO, 2018).

Em 2003 ocorre um importante marco com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o objetivo de incorporar a perspectiva da Igualdade Racial nas políticas governamentais, articulando os ministérios e demais órgãos federais, Estados, o Distrito Federal e os municípios, procurando garantir a transversalidade da questão racial. A SEPPIR é resultado das lutas históricas do Movimento Negro, sendo referência internacional de políticas voltadas à igualdade racial (BRASIL, 2018b).

No ano de 2004 foi lançado o Programa Brasil Quilombola (PBQ) de responsabilidade da SEPPIR e que atuava em conjunto (até 2018) com 11 órgãos da administração pública federal (BRASIL, 2018b). Três anos depois, foi instituída a Agenda

Social Quilombola advinda da atuação do movimento social e dos marcos estruturantes da política inclusiva do Estado para a defesa das comunidades quilombolas (BRASIL, 2012).

O PBQ apresentava caráter transversal por trazer o envolvimento de vários órgãos responsáveis pela execução e gestão de políticas na área da desigualdade racial, social e cultural (BRANDÃO; JORGE, 2016; BRASIL, 2012). O Programa definia quatro eixos prioritários de focalização das políticas pública: infraestrutura e qualidade de vida, acesso à terra, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos e cidadania (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014; BRASIL, 2013c).

Deste modo, foram inseridos no PBQ uma séria de políticas públicas como a regularização fundiária (certificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras), de saúde (Programa Saúde da Família e Saúde Bucal, ações da Fundação Nacional de Saúde visando o abastecimento de água potável e esgotamento sanitário etc.), educação (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec etc.), além de políticas de meio ambiente e assistência social, como Luz para Todos, Programa Bolsa Família (PBF), Habitação Rural, Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Programa de Aquisição de alimentos (PAA), Assistência Técnica e Inclusão Rural Quilombola (ATER), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014; TEIXEIRA; SAMPAIO, 2019).

Segundo documento elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos (BRASIL, 2018c), entre os anos 2012 e 2016 houve uma aparente ampliação das ações e projetos voltados para comunidades de quilombo de todo o país. Foram encontrados 15 programas, com a presença de pelo menos um objetivo, meta e/ou iniciativa cujo público alvo incluía de forma transparente comunidades de quilombo, tais como, Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, Agricultura Familiar, PBF e SAN são os que apresentam mais medidas voltadas para este público.

Importante destacar o papel do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que aparece no cenário estatal em 2004 que buscou inserir as comunidades quilombolas em uma agenda própria, pautada pela afirmação da diferença étnica ou cultural. Ao Ministério foi atribuída por intermédio de normatização legal, a responsabilidade de articular políticas de assistência social, de renda e de cidadania; de desenvolvimento social e de segurança alimentar e nutricional (BRANDÃO; JORGE, 2016).

Em 2007, foi criada mais uma política para a concretização dos direitos quilombolas, através do Decreto Federal 6.040. A Política Nacional de Desenvolvimento



Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais tem foco na promoção do desenvolvimento sustentável com ênfase na garantia de direitos territoriais, sociais, ambientais, culturais e econômico, buscando a valorização da identidade dos povos e define os Povos e Comunidades Tradicionais como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007a)

Também em 2007 houve o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola (PAC Quilombola) com a finalidade de melhorar o acesso à educação, saúde, infraestrutura, por meio de edificação de estradas, abastecimento de água e a regularização fundiária (BRASIL, 2018C).

Destacam-se ainda a I e II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial com forte mobilização da sociedade civil, que serviram de base para a constituição do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR) em 2009, que contém doze eixos de atuação e visa "apoiar", "fomentar", "promover" e "estimular" ações para grupos específicos (populações negra, indígena, quilombola e cigana) (LIMA, 2010).

Outra legislação que repercute para os quilombolas é a Lei nº 12.228/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e instituição do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) (BRASIL, 2010c), em que as comunidades quilombolas receberam o status de sujeitos de direitos, o que vai de encontro com a perspectiva que faz referência à dívida histórica que o Estado e a sociedade possuem com a população negra em geral (BRANDÃO; JORGE, 2016). O Estatuto contribuiu decisivamente para incorporar ao arcabouço jurídico nacional o instituto das ações afirmativas no país (BRASIL, 2018b).

Em 2012, surge o I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2012-2015, apresentando como uma importante inovação o embasamento dos seus objetos e metas no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. O Plano trazia a realização de várias ações orientadas e/ou em interface com os povos e comunidades de matriz africana e de terreiros. O II PLANSAN (2016-2019) instituído em 2016, no que diz respeito aos povos e comunidades de matriz africana e de terreiros, traz um caráter abrangente de grande parte das Metas e das Ações Relacionadas em interface com segmento, descritas como voltadas à grupos populacionais específicos ou ao conjunto de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), mas identificando-se também ações específicas, nominalmente orientadas ao segmento (BRASIL, 2018d).

No ano de 2013 foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, que tinha como objetivo primordial a salvaguarda da tradição africana preservada no Brasil, sendo composto por um conjunto de políticas públicas que visa principalmente a garantia de direitos, a proteção do patrimônio cultural e o enfrentamento à extrema pobreza, com a implementação de ações estruturantes (BRASIL, 2013d). Plano foi estruturado em torno de três Eixos Estratégicos: 1. Garantia de direitos, 2. Territorialidade e Cultura, e 3. Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2018d).

No âmbito orçamentário, no que tange ao Governo Federal, estabelece-se um novo patamar de discussão e políticas voltadas para populações quilombolas no país. Esta perspectiva vem acompanhada de novos incentivos fiscais e orçamentários que ampliam o acesso das comunidades quilombolas a direitos concretos (BRASIL, 2018c). O Orçamento Quilombola presentes nos PPAs 2004-2007 e 2008-2011 é composto basicamente pelos programas: Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário, Cultura Afro-Brasileira, Comunidades Tradicionais e Brasil Quilombola (BRASIL, 2018c).

No PPA 2004-2007, o PBQ era composto por onze ações específicas de políticas públicas destinadas aos quilombolas, o que também ocorreu no PPA 2008-2011, mantendo a estrutura de Programa (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014). Teixeira e Sampaio (2019) pesquisaram a alocação orçamentária do PBQ e identificaram que entre 2005 e 2011 as ações governamentais consideraram o Programa em suas atividades, seu planejamento, suas ações e suas funções orçamentárias e administrativas.

O Plano Plurianual 2012-2015 manteve a perspectiva dos PPAs anteriores de priorizar ações voltadas para a inserção social, desenvolvimento sustentável e diminuição da desigualdade de acesso das políticas públicas realizadas no Brasil (BRASIL, 2018c). Entretanto, o PPA foi desenvolvido a partir de uma nova estrutura (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014). Teixeira e Sampaio (2019) apontam que no segundo governo Dilma Rousseff, o PBQ foi descontinuado extraoficialmente e em 2013 o Programa já não existia na programação orçamentária do governo federal, pois havia sido diluído no Programa Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial, dessa maneira, o PBQ deixou de ser um programa governamental.

Mesmo assim, no PPA 2012-2015 é possível destacar a ampliação no número de obras de infraestrutura, tanto em volume quanto em recursos, bem como a intenção e aproximação dos movimentos sociais como canais de escuta e controle social. Estas iniciativas estavam organizadas em torno de três grandes Programas: Brasil Sem Miséria, o

Programa de Aceleração do Crescimento 2 e a Política de Desenvolvimento Produtivo (BRASIL, 2018c).

É possível destacar também que as iniciativas contidas no PPA 2012- 2015, apesar de pulverizadas em mais programas e ações, tratam-se na verdade da extensão de ações iniciadas em anos anteriores e outras estão ligadas a políticas de execução continuada em áreas como saúde, educação e saneamento (BRASIL, 2018b).

O Plano Plurianual 2016-2019 na perspectiva quilombola propõe inovações metodológicas e conceituais. Entre estas mudanças é possível destacar o reforço do caráter estratégico do Plano que estabelece uma conexão lógica orientadora das decisões em torno das políticas públicas. A segunda grande alteração é o condensamento do PPA que passou a estar dividido em 54 Programas Temáticos, 303 objetivos e 1118 metas. Esta segunda opção, que tem como objetivo principal dar mais transparência e exequibilidade ao Plano, por outro lado, compromete diretamente a identificação de políticas voltadas a determinados grupos sociais, entre os quais os quilombolas (BRASIL, 2018c).

Dalosto e Dalosto (2018) apontam que apesar de todos os avanços nas políticas públicas para populações quilombolas, os dados mostram os entraves na execução dessas Políticas em decorrência de pressões internas e externas ao governo, como o baixo recurso destinado ao PBQ e a morosidade do Estado em titular os territórios quilombolas. Trabalho elaborado em 2018 pelo Ministério de Desenvolvimento Humano (BRASIL, 2018c) apontou que, pela própria natureza da política, apesar dos avanços do PBQ, os planejamentos e ações que giram em torno da pauta quilombola estão subordinados às vontades governamentais e interesses políticos, econômicos e culturais envolvidos. Outro ponto levantando é que a falta de transparência orçamentária acontece em parte devido ao caráter transversal do PBQ, que desde 2004 encontra-se cada vez mais diluídos em diversos programas, objetivos e iniciativas (BRASIL, 2018c). Arantes, Martins e Flit (2014) mostram que apesar das dificuldades no âmbito do PBQ, muitas ações foram bem-sucedidas, como o PBF, a certificação das comunidades, bem como o acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida e a Ação De Distribuição De Cestas de Alimentos (ADA).

A partir do governo Temer houve maiores retrocessos nas políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas, uma vez que foram realizadas diversas mudanças na estrutura da Presidência da República, como a extinção de diversos Ministérios ligados as questões quilombolas, base política conservadora, com posicionamento de uma agenda neoliberal e contenção de gastos do Governo Federal. (DALOSTO; DALOSTO, 2018). O atual governo federal (Jair Bolsonaro) vem em um processo constante de desmonte de políticas públicas

voltadas para as chamadas minorias, haja vista a extinção dos Conselhos Nacionais que lhes representavam até então. Sem contar a não clareza acerca das políticas para a população negra no âmbito dos diversos ministérios, uma vez que também passam por uma reconfiguração.

#### **5.2.4 Insegurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas**

Apesar das inúmeras conquistas ocorridas nos últimos anos, a INSAN ainda persiste entre alguns grupos, como indígenas povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2014; CONTI; COELHO-DE-SOUZA, 2013; FIAN BRASIL, 2019).

Em relação aos povos afrodescendentes, o Estado Brasileiro compreende a condição de vulnerabilidade social a que o estão submetidos, por meio da qual vivenciam discriminações múltiplas, agravadas por outras condicionalidades como idade, gênero, orientação sexual, religião, situação econômica, entre outras (BRASIL, 2018b).

Silva e colaboradores (2017) em estudo com 1.316 famílias, oriundas de 21 comunidades (sendo nove comunidades remanescentes de quilombos) em Vitória da Conquista/BA, destacaram que ser quilombola não apenas está associado a um aumento da prevalência da insegurança alimentar, mas também à maior gravidade de seus níveis, em comparação com famílias não quilombolas que residem numa mesma área geográfica. Os autores apontam que os resultados da pesquisa demonstram a maior vulnerabilidade econômica, social e de moradia das famílias quilombolas, o que mostra a continuidade de um quadro propício para a ocorrência da insegurança alimentar.

O inquérito denominado “Chamada Nutricional de Crianças Quilombolas Menores de Cinco anos de Idade”, realizado em 2006, com 2.941 crianças menores de cinco anos, residentes em 60 comunidades quilombolas de 22 estados brasileiros, mostrou que as comunidades quilombolas encontravam-se em situação precária de vida, com péssimas condições de moradia e acesso a serviços de água e esgotos. Do ponto de vista nutricional, observou-se a prevalência de 11,6% de formas crônicas de desnutrição, identificadas pelo registro de déficits de crescimento (baixa estatura para idade), principalmente filhos de mães com baixa escolaridade (BRASIL, 2007b).

Em 2011, a pesquisa de âmbito nacional “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas” verificou que mais da metade (55,6%) da população quilombola estudada teve características de insegurança alimentar quando a avaliação é realizada por meio do parâmetro: adulto pertencente a uma família quilombola e ficou o dia inteiro sem comer ou só fez uma refeição no dia porque não tinha

comida em casa (SARDINHA et al., 2014). O mesmo ocorreu no estudo de Gubert e colaboradores (2016), no qual verificaram que cerca da metade (47,8%) dos quilombolas estudados vivia em grave insegurança alimentar, com as regiões Norte e Nordeste do país enfrentando a situação mais crítica.

Já no estudo de caso realizado pela FIAN Brasil na comunidade quilombola de Brejo dos Crioulos/MG, habitada por cerca de 400 famílias, foi demonstrado violação de direitos humanos dos quilombolas como a ausência ou ineficiência de políticas públicas voltadas ao território, em especial as de produção agrícola, saúde e educação. Há preocupação recorrente com a falta de alimentos provocada, dentre outros fatores, pela ausência prolongada de chuvas na região, desemprego e cortes de benefícios sociais. São muitas as famílias sofrendo com risco de fome porque não têm emprego/salário, nem produção (FIAN BRASIL, 2017).

Em comunidade quilombola no estado de Sergipe, Andrade et al. (2017) avaliaram a prevalência de insegurança alimentar intradomiciliar. Seus resultados mostram prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave de 52,2%, estando associada a condições precárias de saneamento básico, acesso deficiente a serviços de saúde e a políticas públicas, revelando condição de vulnerabilidade referente à garantia de SAN e DHAA.

Bairros (2013), no Rio Grande do Sul, identificou 39% de insegurança alimentar na população quilombola estudada. A insegurança alimentar manteve-se fortemente relacionada a fatores socioeconômicos e à composição da unidade domiciliar, como a idade do responsável pela família e o número de moradores no domicílio. A autora destaca ainda, precárias condições socioeconômicas e o baixo acesso a programas estruturantes de desenvolvimento social. Pereira (2012) mostra em seus resultados de tese de doutorado na comunidade quilombola de Mumbuca/TO, que 42,5% dos domicílios pesquisados convivem com a quantidade insuficiente de alimentos e a qualidade inadequada, afirmando que a comunidade sofre com a INSAN e vivendo em vulnerabilidade social.

No que tange a produção do alimento e os hábitos alimentares, Navas e colaboradores (2015) destacam que nas comunidades quilombolas pesquisadas (litoral sul de São Paulo), eles estão relacionados às representações e práticas culturais desenvolvidas pelos grupos, como a agricultura de coivara, a caça, o extrativismo e o uso dos recursos naturais. Entretanto, os autores verificaram mudanças na alimentação destas populações, em favor de uma dieta mais ocidentalizada, com maior dependência de produtos industrializados e menor produção para autoconsumo.

Costa (2011) também verifica que o principal acesso aos alimentos de uma comunidade quilombola da Amazônia se dá pela forma de compra e dependência do mercado

local, acarretando assim modificações nas representações e práticas alimentares cotidianas, além disso, a autora identificou que a maioria das famílias não tem acesso a alimentos de qualidade nem em quantidade suficiente para promoção de uma dieta adequada e saudável. Sousa et al. (2019) em sua pesquisa com consumo e o comportamento alimentar de adolescentes quilombolas e não quilombolas da zona rural do sudoeste baiano, verificaram que os adolescentes quilombolas apresentaram distinções no consumo alimentar dos marcadores de alimentação saudável, quando comparados aos demais adolescentes da mesma área rural, com menor consumo de leite, vegetais, e maior consumo de feijão.

Neste contexto, fica claro que população quilombola do Brasil ainda segue em situação constante de INSAN, levando à constantes violações do DHAA. Além disso, as mudanças sociais e econômicas ocorridas, juntamente com a transição demográfica, nutricional e epidemiológica têm causado alterações no perfil alimentar tradicional dos quilombos, bem como nas práticas de produção de alimentos.

### 5.3 PRÁTICAS AGRÍCOLAS

Neste trabalho, as seguintes atividades são consideradas práticas agrícolas: agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades, silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades, pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades. A definição segue o proposto pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), que utilizou a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Domiciliar.

Dentre as práticas agrícolas acima, diversos estudos, que serão abordados ao longo do texto, apontam que a agricultura, principalmente de produção familiar, é a prática predominante entre as comunidades quilombolas. A agricultura brasileira se destaca entre as maiores do mundo e representa uma fonte de alimentos e de matéria-prima para muitos países. Há diversos modos de fazer agricultura, contudo, a questão agrária coloca-se entre dois modelos de produção agrícola que evocam dois diferentes modelos de desenvolvimento: o modelo agroexportador, baseado em grandes propriedades monocultoras, e o modelo de Agricultura Familiar (AF), baseado em pequenas propriedades com produção diversificada e voltada prioritariamente ao mercado interno. Embora não constituam mundos separados, tais modelos apontam para distintas concepções de ocupação do espaço agrário, de organização social e de relação com a natureza (CONSEA, 2010).

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017) mostraram que o Brasil possuía em

2017 um total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, dos quais 77% foram classificados como de AF, ocupando 23% do total da área destinada à agricultura no país e sendo responsáveis por 23% da produção agrícola. O Rio Grande do Sul (RS) se encontra na quarta posição nacional, sendo que 80,5% dos estabelecimentos do estado foram considerados como de produção familiar, detendo 25,3% de toda a área cultivada.

Nos últimos anos, houve avanços significativos no que concerne a uma melhor definição e compreensão das características e do significado da AF. O primeiro fator tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

A AF passou a abranger todas as formas de agricultura (assentados, comunidades tradicionais, agricultores familiares de comunidades rurais, mulheres, jovens etc.), baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como aquelas fundamentadas nos laços comunitários de natureza étnica (WANDERLEY, 2017).

Diante disso, dada a representatividade para a geração a consecução da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), diminuição da pobreza e da desigualdade no meio rural, maior diversificação na produção de alimentos, fortalecimento do abastecimento alimentar em localidades distantes e a consequente dinamização das economias locais, a AF tem papel expressivo como agente do desenvolvimento rural (HEBERLÊ et al., 2017). Entretanto, Heberlê e colaboradores (2017) afirmam que é essencial considerar que o desenvolvimento rural:

a) não é sinônimo de crescimento ou modernização; b) o desenvolvimento deve ser um processo que tenha a estratégia intencional de promover mudanças; c) o enfoque de desenvolvimento territorial deve estar presente e, nesse sentido, as ações devem se dar na perspectiva local e de reconhecimento do papel protagonista de seus atores e instituições; d) o foco primordial deve vincular-se às perspectivas de preservação e valorização do campo, do saber e da cultura local; e) a transição agroecológica e a agroecologia apresentam potencial transformador das realidades rurais contemporâneas. (HEBERLÊ et al., 2017, pg 35).

Sabe-se que há um processo de desarticulação das formas tradicionais de fazer agricultura. Os hábitos, costumes e crenças por vezes tiveram que ceder a normas, regras e tecnicidade. Niederle (2017) faz uma crítica ao rural modernizado, esse, que para romper com as formas “arcaicas” de trabalho e organização social, procura impor às comunidades

tradicionais a necessidade da inclusão produtiva, isto é, sua participação na moderna divisão social do trabalho.

Wanderley (2017) afirma que os agricultores que vivenciam panoramas de insegurança e empecilhos para gerar renda monetária de sua atividade produtiva, não deixam de ser agricultores, uma vez que seus esforços asseguram a subsistência das famílias. A autora conclui ainda que “é preciso (re) problematizar a diferenciação interna do amplo setor da agricultura familiar, não mais para marginalizar ou excluir alguns de seus tipos, mas para reconhecer suas particularidades e adequar as políticas públicas às suas demandas e necessidades”. Em relação aos quilombolas, Machado (2016) em sua pesquisa reitera que “é necessário apoio para desenvolver a comunidade como um todo, especialmente respeitando o jeito de ser quilombola, que possui características próprias de reprodução social e econômica”.

### **5.3.1 Políticas públicas para desenvolvimento local e inclusão produtiva de Comunidades Quilombolas**

No âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ), entre suas áreas de atuação havia o eixo de desenvolvimento local e inclusão produtiva, que trata da construção de modelos de desenvolvimento baseado nas características territoriais e nas especificidades culturais dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, visando a sua sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política (BRASIL, 2012; 2013c).

Os projetos eram orientados pelos conceitos de etnodesenvolvimento, uma vez que é necessário promover não apenas o desenvolvimento econômico, mas que este leve em consideração o reconhecimento étnico desses segmentos sociais e sua territorialidade (RÊGO; CASTRO, 2014). Nesse sentido, em 2013, estavam articulados os seguintes Programas ao eixo “desenvolvimento local e inclusão produtiva”: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), Programa Cisternas, Projetos voltados para SAN, Programa Aquisição de Alimentos (PAA), Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola (ATER), Selo Quilombos do Brasil, Programa Brasil Local – Economia Solidária (BRASIL, 2013c).

O PRONAF figura como a maior e mais antiga política continuada direcionada ao setor, tendo passado, ao longo dos anos, por várias mudanças em sua estrutura administrativa e operacional. O principal objetivo do PRONAF é estimular a geração de renda, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias próximas (BRASIL,



2013c; 2018d).

O PRONAF foi reconhecido, aos remanescentes de quilombos, juntamente com povos indígenas e comunidades tradicionais, a inclusão de sua categoria política à categoria agricultor familiar, a partir do artigo 5º:

Parágrafo único. São também beneficiários do Programa os aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados pelos programas de acesso à terra do Ministério de Desenvolvimento Agrário (Art. 5º do Decreto Federal 3.991/2001, BRASIL, 2001).

Para participar do programa é necessário ter a DAP que é exclusiva dos trabalhadores rurais que atuam em conjunto com a família (quilombolas, povos indígenas, extrativistas, pescadores, assentados da Reforma Agrária, agricultores em geral, dentre outros produtores rurais) (BRASIL, 2013c; 2018d).

O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), financiado desde 2003, tinha como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo, sendo componente fundamental da garantia da SAN. O público do programa são famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2013c). Em pesquisa de âmbito nacional foi verificado que as famílias que tiveram acesso a um programa de abastecimento de água para regiões secas (Programa Cisternas) e um programa de subsídio à colheita agrícola (Programa Garantia Safra) tiveram menos chances de experimentar insegurança alimentar moderada e grave (GUBERT et al., 2017).

O PAA foi criado em 2003 visando articular a compra de produtos da AF com ações de segurança alimentar (distribuição de alimentos) para a população em vulnerabilidade social. Após romper com importantes barreiras institucionais (como a Lei de Licitações), o PAA desencadeou uma nova trajetória para os mercados institucionais para a agricultura familiar, fortalecida pela criação da Lei 11.947 de 2009 que determinou que no mínimo 30% dos recursos federais para a alimentação escolar sejam destinados para a aquisição de alimentos da categoria social (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Em 2012, foi estabelecida mais uma modalidade ao PAA, a Compra Institucional que permite aos estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta adquirir alimentos da AF por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa de licitação (BRASIL, 2013c).

Em relação ao PNAE, além de atender as especificidades da população quilombola nas

escolas, o Programa mediante a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 define em seu Art. 14.:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Dessa forma, o PAA e PNAE se caracterizam pelo seu caráter intersetorial e estruturante, têm contribuído para a valorização da produção local/ regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da AF, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição etc. (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

A Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) é executada desde 2003, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e tem por finalidade combater a situação de insegurança alimentar de grupos populacionais tradicionais específicos por meio da distribuição de cestas de alimentos. No biênio 2016/2017 as cestas foram entregues para quilombolas em parceria com a Fundação Cultural Palmares, sendo o atendimento de indígenas e quilombolas priorizado. Contudo, a ADA teve queda em sua execução, diminuindo de 58 milhões de reais em 2012 para 38 milhões em 2017 (BRASIL, 2018a).

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais foi lançado em 2011, colaborando com uma estratégia de inclusão produtiva de agricultoras/es familiares, assentados/as da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza. Com relação a Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), no biênio de 2016/2017, mais de 20 mil famílias foram contempladas em contratos vigentes do Programa (BRASIL, 2018a).

Em 2012, a SEPIIR instituiu o Selo Quilombos do Brasil, importante ferramenta para identificar os produtos agrícolas, artesanais e alimentícios oriundos de comunidades quilombolas. O Selo garante maior valorização, fomento e profissionalização das práticas produtivas quilombolas de modo a contribuir para a promoção dos empreendimentos identificados. Outro ponto importante, é que essa ação promove a valorização étnico cultural e abre novas possibilidades de comercialização, como feiras, compras públicas e rede de mercados (BRASIL, 2013c).

O PBQ previa também ações de ATER direcionado a famílias residentes no meio rural em situação de vulnerabilidade social, em situação de extrema pobreza ou pobreza. Incluem-se entre as famílias beneficiárias as de agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, como indígenas, extrativistas e quilombolas (BRASIL, 2013c). Dados do

Relatório de Execução do PLANSAN 2016-2019 mostram que entre os anos de 2016 e 2017, a ATER prosseguiu com a execução das chamadas públicas específicas para PCT. No Rio Grande do Sul, a EMATER/RS atua com comunidades e famílias remanescentes de quilombos. Entre as ações, colabora na elaboração de projetos para promoção do fortalecimento social e econômico das Comunidades, executando políticas públicas de combate à pobreza com famílias das comunidades, prestando assistência técnica para produção de autossustento, desenvolvendo ações de apoio à comercialização de alimentos. Além disso, promove e aproxima oportunidades educativas e de formação para o aperfeiçoamento de suas capacidades.

O Programa Bolsa Família também teve impacto sobre as populações tradicionais, no qual, em 2017 atendeu 13,82 milhões de famílias, sendo 90,1% dos responsáveis familiares mulheres, 75% negros ou pardos e 402 mil famílias pertenciam aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (BRASIL, 2018a).

Documento técnico do Ministério dos Direitos Humanos (BRASIL, 2018d), aponta que as políticas orientadas à agricultura familiar obtiveram resultados significativos nos últimos anos, principalmente no que se refere ao PRONAF, a ATER e o apoio à comercialização. Segundo o documento, essas políticas dispõem de diretrizes e instrumentos para um maior alcance dos PCTs e os Planos Nacionais de SAN também estabeleceram metas nessa perspectiva.

Contudo, alguns autores, no que diz respeito às comunidades quilombolas, verificaram grandes dificuldades no acesso aos programas de estruturação produtiva, resultando na exclusão do segmento às políticas de crédito e de fomento à agricultura familiar. Em pesquisas com comunidades quilombolas tituladas no Brasil, foi observada baixa cobertura dos programas avaliados (PRONAF, Garantia Safra, PAA, ATER) (SARDINHA et al., 2014). No Rio Grande do Sul foram encontradas problemáticas semelhantes, como a dificuldade de acessar os recursos necessários para dinamizar sua produção agrícola, assim como inserção no mercado local de alimentos (RODRIGUES GOIS; MIGUEL; 2019), além disso, Bairros (2013) identificou que a inclusão no PAA foi relatada por apenas 1,7% das famílias pesquisadas no Estado, sendo que a maioria (63,8%) desconhecia totalmente o programa. Em quilombo de Minas Gerais, estudo identificou que o PRONAF possui boa cobertura no território, com resultados positivos na vida das famílias, entretanto, o PAA e o PNAE são praticamente inexistentes; as cestas de alimentos são poucas e distribuídas irregularmente ao longo do ano e o Bolsa Família vem sofrendo cortes (FIAN BRASIL, 2017).

### 5.3.2 Práticas agrícolas em Comunidades Quilombolas

As dificuldades nas comunidades quilombolas são similares nas diferentes regiões do país, onde se faz presente uma grave situação de vulnerabilidade e insegurança relacionada, em grande parte, ao conflito sobre a posse das terras ocupadas e à precariedade do acesso a infraestrutura básica levando a exclusão socioeconômica (MEDEIROS; LIMA; SILVA; 2014).

Embora as comunidades quilombolas tenham sido inseridas nas políticas públicas para agricultura familiar, são verificadas grandes dificuldades no acesso aos programas de estruturação produtiva, resultando na exclusão do segmento às políticas de crédito e de fomento à agricultura familiar. Além do mais, apesar dos esforços empreendidos nos últimos anos para a regularização das terras quilombolas, a Constituição permanece, em grande parte, sem cumprimento, pois é baixo o número de títulos de terras outorgado às comunidades quilombolas (CONSEA, 2010). Inúmeras comunidades apresentam demandas por reconhecimento de seus territórios, vivendo historicamente com a insegurança jurídica em virtude da falta de regularização fundiária, o que traz implicações com questões socioambientais, como perda de recursos naturais e conflitos fundiários (IPEA, 2019).

Para Lemes e Bosco (2014, pg. 284) a questão territorial,

na sua interface com o direito à alimentação, deve ser encarada sob dois olhares: a territorialidade enquanto fator determinante das políticas de segurança alimentar, e a negação dos direitos territoriais (processos de identificação, demarcação e titulação das terras quilombolas) como potencializador da insegurança alimentar das Comunidades Remanescentes de Quilombo. A primeira vertente é decorrente da relação organizacional com o território, onde não há uma dissociação entre moradia, local de trabalho, de produção etc., e mostra que se torna imprescindível que as políticas de segurança alimentar tenham por base as especificidades socioeconômicas desse grupo. Por sua vez, a questão do acesso à terra demonstra que as problemáticas relacionadas a titulação comprometem a produção dos alimentos para consumo das CRQ's.

Assim como ocorre com as demais comunidades tradicionais, a autodefinição de uma comunidade quilombola está diretamente ligada com a relação que esse grupo étnico possui com a terra, território, ancestralidade, tradições e práticas culturais (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2012). Essas populações representam a coletividade de uma memória e cultura propriamente singular buscam serem reconhecidas pelo seu modo de vida e de reprodução social, econômica e forma de organização territorial (ARANTES, 2010).

Para as comunidades quilombolas, é por meio do território é que se faz possível a execução da territorialidade, pela reprodução física e cultural, e a manutenção das suas características específicas. Conforme Lemes; Bosco (2014)

A reprodução física se dá no sentido de prover um meio de sustento aos membros do

grupo, relacionada com a produção de alimentos para a subsistência a partir das práticas tradicionais. Por sua vez, a reprodução cultural ocorre na perspectiva de que a terra é fundamental na identificação do grupo étnico, pois este é retrato da maneira de como se relaciona com a terra, fazendo dela um lugar de manifestação e manutenção dos costumes e da sua forma de organização. (LEMES; BOSCO, 2014 pg. 280)

As populações tradicionais representam grupamentos sociais caracterizados pela relação simbiótica com a natureza, pelo manejo sustentável dos recursos naturais e pelo uso dos conhecimentos transmitidos de geração em geração. Além disso, através do predomínio do trabalho artesanal, com pouco impacto ambiental, reduzida acumulação de capital e limitada dependência do mercado são capazes de promover a produção de subsistência. Caracterizam-se pelas relações de solidariedade e reciprocidade, sendo os processos produtivos imbricados pela noção de territorialidade e pertencimento, com a presença de simbologias e crenças (BRASIL, 2007a; CONTI; COELHO-DE-SOUZA, 2013; DIEGUES et al., 2000). A produção – plantio, criação, caça, pesca, extrativismo, artesanato –, comumente está associada com relações de troca e solidariedade entre famílias, grupos locais e comunidades. Além disso, parte considerável da produção é destinada ao consumo e às práticas sociais (festas, ritos, oferendas, procissões, folias de reis etc.) (BRASIL, 2018d).

#### Para o Guia Alimentar para a população brasileira

Padrões tradicionais de alimentação, desenvolvidos e transmitidos ao longo de gerações, são fontes essenciais de conhecimentos para a formulação de recomendações que visam promover a alimentação adequada e saudável. (BRASIL, 2014, pg.21)

Nos antigos quilombos, a economia era baseada principalmente no uso dos recursos naturais disponíveis (animais silvestres, plantas medicinais, minérios etc.), associada a uma agricultura de subsistência, sendo que os produtos produzidos variavam de uma localidade para outra. A utilização de arado e tração animal era inexistente, em alguns casos era possível identificar a criação de galinhas e de gado. O sistema que foi sendo articulado propiciou um elevado grau de conservação da biodiversidade (RÊGO; CASTRO,2014).

De acordo com Gomes (2015), Décio Freitas, em 1982, propôs “uma tipologia em termos econômicos” para a produção quilombola, havendo sete tipos de quilombos, tais como: agrícola, extrativista, mercantil, minerador, pastoril, serviço e predadores. Freitas (1982 apud GOMES, 2015, p. 74) afirma que o quilombo agrícola existiu em todo o território nacional; o extrativista, nas regiões amazônicas; o mercantil trocava mercadorias com os grupos indígenas e com os regatões; os mineradores, em Mato Grosso, em Minas Gerais e em Goiás; o pastoril, no Rio Grande do Sul; o quilombo de serviço se estabeleceu nas cidades, e por fim, os predadores que saqueavam fazendas e vilas.

Segundo Almeida (2011), o quilombo era uma unidade produtiva com roças e benfeitorias baseada no trabalho familiar e em diversas formas de cooperação entre as diferentes famílias e não eram isolados, visto que realizavam o comércio com outras regiões. Reis e Gomes (1996) argumentam que ambas as relações, tanto de isolamento quanto de trocas econômicas, podem ter existido concomitantemente, dependendo da situação e da região. Os quilombos agrícolas abasteciam o mercado local com alimentos, formando uma rede de relações com o entorno de onde moravam.

Atualmente, Diegues et al. (2000) referem que as comunidades quilombolas vivem, dependendo da região, de atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca. Os quilombos da Amazônia, por exemplo, muitas vezes situados próximos de rios e igarapés, garantem sua subsistência com a pesca, o extrativismo e a pequena agricultura, já em outros locais, os autores afirmam que as atividades são quase exclusivamente agrícolas.

Fidelis e Bergamasco (2013) apontam que as populações tradicionais vêm reafirmando sua identidade camponesa por meio da organização política e de ações articuladas com base em sua etnia, e que a maioria das comunidades quilombolas identificadas pela Fundação Cultural Palmares vive no e do espaço rural, contudo, isto não determina que a agricultura seja a forma principal de geração de renda destas comunidades, porém, mesmo assim esta é uma atividade principal ou transversal às outras atividades presentes.

Em pesquisa feita com comunidades quilombolas que vivem em terras tituladas no Brasil, é possível identificar que as múltiplas atividades produtivas desenvolvidas pelas comunidades no meio rural estão basicamente associadas à produção e coleta de alimentos, criação de animais, caça e pesca para fins de consumo próprio, de troca por outros produtos e venda do pouco excedente. Os autores identificaram que a base da agricultura continua de subsistência e o artesanato é pouco evidente ou inexistente. A geração coletiva de renda também ocorre pelo beneficiamento de produtos, extrativismo, produção de mel, garimpo, turismo e outras atividades tais como as culturais como jongo e capoeira e a piscicultura (RÊGO; CASTRO, 2014).

Pereira (2012) em sua tese de doutorado no quilombo de Mumbuca/TO verificou que a comunidade utiliza todo o seu território para desenvolver as atividades de produção de alimentos (agricultura, criação de animais e extrativismo). Pedroso Júnior e colaboradores (2008), em pesquisa com quilombos do Vale do Ribeira/SP verificou que a agricultura tradicional continua sendo o principal meio de subsistência para a população local, sendo que mais da metade das famílias estudadas (53,7%) pratica-a apenas para fins de subsistência,

cerca de 33,9% vende um pequeno excedente da produção agrícola e uma minoria (4,6%) cultiva visando mais à comercialização que ao consumo. A venda da produção agrícola e produtos extraídos da floresta aparecem como fontes de renda das unidades domésticas nas comunidades estudadas.

Em conformidade, em quilombo do Pará, Araújo et al. (2017) verificaram há a prática da agricultura, sendo de base familiar e predominância de um sistema de produção tradicional, sendo as principais atividades a fruticultura e o plantio de mandioca, além disso há quintais agroflorestais com uma variedade de produtos que servem para o autoconsumo. Santos e Garavello (2016) também apontam em seu estudo que as comunidades pesquisadas praticam a agricultura tradicional e o uso da terra para produção de alimentos, com produção agrícola majoritariamente destinada à alimentação da família. Também há comercialização de alimentos para o PAA.

Já Kraemer (2012), mostrou que 60% das famílias da comunidade quilombola de Morro Alto/RS encontram em atividades não agrícolas quase a totalidade dos meios de reprodução socioeconômica, porém, mantém atividades agrícolas para autoconsumo. Na comunidade quilombola do baixo Acaraqui/PA, Nascimento e Guerra (2016), observaram mudanças na realidade da comunidade, que tinham como foco principal, no passado recente, a produção para autoconsumo. Segundos os autores, essas modificações têm influenciado as práticas produtivas e alimentares das famílias, sendo cada vez maior a dependência do comércio para a aquisição de alimentos e da geração de renda para garantir a SAN das famílias. Há também uma maior especificação da produção, diminuindo a diversidade das espécies cultivadas e reduzindo a autossuficiência das famílias; aumento da importância do extrativismo do açaí como fator econômico gerador de renda; substituição do consumo de produtos naturais por produtos industrializados.

Ao analisar as transformações e tendências produtivas da Comunidade Júlio Borges/RS, Machado (2016) aponta que há muitos agricultores quilombolas que mantêm suas características ligadas aos seus ancestrais, com o plantio da mandioca, milho, feijão, amendoim, utilizando-se das ferramentas manuais e dos saberes transmitidos de geração a geração. Porém, há aqueles agricultores, que foram atraídos pela facilidade do uso da mecanização agrícola e das monoculturas, no caso, a produção de soja.

No quilombo Brejo dos Crioulos/MG, devido à intensa estiagem e o uso predatório do solo e das águas pelos fazendeiros, a maior parte dos alimentos também advém da compra nas cidades do entorno do território (FIAN BRASIL, 2017). Em comunidade quilombola do Tocantins, Braga (2019) também verificou a falta de produtividade econômica, bem como a

perda do espaço para plantio e conseqüente desaparecimento da produção agrícola tradicional; além da proximidade da comunidade com a zona urbana, que faz com que os jovens migrem da comunidade.

Em relação a temática, diversas outras pesquisas com comunidades quilombolas em distintas regiões do Brasil identificaram que a produção agrícola ainda segue muitas das técnicas e costumes das antigas gerações, com predominância de uma agricultura de subsistência com produção de alimentos para autoconsumo, e em alguns casos comercializar o excedente. Além disso há a prática do extrativismo vegetal e animal, pesca, criação de animais para consumo familiar e presença de quintais agroflorestais que ocupam um papel relevante na SAN das famílias, soberania alimentar e manutenção da diversidade alimentar (ANDRADE et al., 2017; BRITO et al., 2009; MAZZARO; CASTILHO; SILVA, 2011; NASCIMENTO; BARROS; 2019; SILVA, 2011; FIGUEIREDO; BARROS, 2016; RODRIGUES GOIS; MIGUEL, 2019; LUCENA et al., 2012; NAVAS et al., 2015; SANTOS; BARROS, 2017).

A produção para consumo próprio é interpretada como uma estratégia utilizada pelos grupos familiares com o objetivo de garantir a autonomia em uma dimensão vital: a alimentação para que as famílias possam escolher os alimentos de acordo com seus gostos, tradições e hábitos. O autoconsumo relaciona-se ao cultivo de alimentos para o consumo familiar em hortas, pomares, criação de animais etc., além dos animais presentes nas propriedades, a fabricação de ferramentas e a produção de insumos para o processo produtivo (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010).

A predominância da produção de alimentos para autoconsumo também pode relacionar-se ao tamanho dos territórios, normalmente pequenos, suprimidos e/ou descaracterizados. Além de outros determinantes como a dificuldade de acesso às políticas de crédito e fomento à AF e a alta incidência de impostos para manter grandes áreas não edificadas em perímetro urbano, principalmente para os territórios localizados em grandes metrópoles (BRASIL, 2018d).

Também é fundamental apontar as relações que permeiam o modo de reprodução socioeconômica dos quilombos, em que se destacam laços sociais de reciprocidade e solidariedade, sendo prática comum entre eles realizar trocas da produção agrícola entre vizinhos e parentes. Estas relações são estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias quilombolas (MACHADO, 2016; SANTOS; GONÇALVES, 2015; VATTATHARA et al., 2019).

Além disso, importante destacar que a prática da agricultura sustentável e



agroecológica, presença de sistemas agroflorestais e manutenção da agrobiodiversidade se mostra constante entre as comunidades quilombolas, o que permite maior autonomia e diversificação da dieta alimentar, contribuindo para a manutenção da segurança e a soberania alimentar, além de conservação da diversidade ambiental e de recursos genéticos (FIDELIS; BERGAMASCO, 2013; MAZZARO; CASTILHO; SILVA, 2011; NAVAS et al., 2015; PEDROSO JÚNIOR et al., 2008; SANTOS; BARROS, 2017; SANTOS; GARAVELLO, 2016).

#### 5.4 CONSUMO ALIMENTAR

Analisar o consumo alimentar é essencial para a compreensão das relações existentes entre alimentação e eventos de morbimortalidade, além de permitir o conhecimento dos hábitos alimentares e determinantes da ingestão alimentar (AREDE et al., 2016).

A alimentação no âmbito biológico refere-se a um conjunto de substâncias que um indivíduo ou um grupo costuma ingerir para garantir os nutrientes necessários para o bom funcionamento do organismo humano. E no sentido social e cultural, implica na produção e consumo, técnicas e formas de provimento, de transformação e de ingestão de alimentos (ABRANDH, 2013).

No que tange à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a dimensão do acesso à alimentação adequada engloba todo o sistema alimentar, desde a produção até o consumo dos alimentos, sendo permeada pelo comportamento alimentar das pessoas, no qual as práticas alimentares compreendem os itens consumidos, relacionando-se às representações coletivas, ao imaginário social, impregnando-se aspectos culturais e simbólicos (CONSEA, 2010; NAVAS et al., 2015).

Conforme o Guia Alimentar para a população brasileira

Alimentação diz respeito à ingestão de nutrientes, mas também aos alimentos que contêm e fornecem os nutrientes, a como alimentos são combinados entre si e preparados, a características do modo de comer e às dimensões culturais e sociais das práticas alimentares. Todos esses aspectos influenciam a saúde e o bem-estar. (BRASIL, 2014, pg. 15)

As características dos padrões alimentares podem definir os determinantes da boa ou má nutrição (desnutrição, sobrepeso, obesidade e deficiência de micronutrientes) dos indivíduos (CONSEA, 2010). Atenta-se para os processos de transição demográfica, epidemiológica e nutricional que vêm ocorrendo, pois possuem relação direta com o perfil de consumo alimentar da população, causando o desequilíbrio na oferta de nutrientes e a ingestão

excessiva de calorias, além de doenças crônicas (ABRASCO, 2015; BRASIL, 2014; CONSEA, 2018). Dados de Pesquisas de Orçamento Familiares (2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018) mostram a evolução da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil, indicando que alimentos *in natura* ou minimamente processados vêm perdendo espaço para alimentos processados e, sobretudo, para alimentos ultraprocessados (IBGE, 2020). Entretanto, apesar da intensa redução da desnutrição, as deficiências de micronutrientes e a desnutrição crônica ainda são prevalentes em grupos vulneráveis da população (BRASIL, 2014; CONTI; COELHO-DE-SOUZA, 2013; FIAN BRASIL, 2019).

Outro fator a ser levado em consideração no consumo alimentar é que ele atravessa o reconhecimento da herança cultural e do valor histórico do alimento. Adotar uma alimentação adequada e saudável pode não ser uma escolha individual, visto que diversos fatores – de natureza física, econômica, política, cultural ou social – podem influenciar positiva ou negativamente o padrão de alimentação dos indivíduos (BRASIL, 2014).

#### **5.4.1 Consumo alimentar em Comunidades Quilombolas**

Sociedades e os grupos diferenciam-se em relação a alimentação, na maneira como os alimentos são obtidos, cultivados, processados, preparados e consumidos (BRASIL, 2018d). Em relação aos quilombolas, a produção do alimento e os hábitos alimentares estão relacionados às representações e práticas culturais desenvolvidas pelos grupos (NAVAS et al., 2015; SILVA; BAPTISTA, 2013). Em comunidade quilombola de Mangueiras/PA o modo que os alimentos são preparados ainda se mantém de forma tradicional e algumas práticas alimentares persistem como forma de valorização da cultura e resistência (NASCIMENTOS; BARROS, 2019).

Estudos realizados em diversas regiões do Brasil indicam que muitas comunidades quilombolas possuem uma agricultura de subsistência com produção de alimentos para autoconsumo, e em alguns casos comercializar o excedente. Além disso, há a prática do extrativismo vegetal (babaçu, carnaúba, juçara, plantas medicinais etc.) e animal (pesca artesanal, coleta de crustáceos, moluscos etc.) e criação de animais (aves, suínos bovinos etc.) para consumo familiar, bem como a presença de quintais agroflorestais com plantas medicinais, espécies frutíferas, hortas e os animais de pequeno porte (ANDRADE et al., 2017; ARAÚJO et al., 2017; BRITO et al., 2009; FIGUEIREDO; BARROS, 2016; LUCENA et al., 2012; MAZZARO; CASTILHO; SILVA, 2011; NASCIMENTO;

BARROS; 2019; NAVAS et al., 2015; PEDROSO JÚNIOR et al., 2008; SANTOS; BARROS, 2017; SANTOS; GARAVELLO, 2016; SANTOS; GONÇALVES, 2015).

No Rio Grande do Sul, pesquisa com adultos quilombolas apontou frequência alimentar mais prevalente de arroz, pães e massas, além de feijão, carne e nozes, sendo o líquido mais consumido a água, seguida por sucos (FIGUEIREDO et al., 2011). Braga (2019) descreveu os hábitos alimentares de uma comunidade quilombola do Tocantins, sendo que os resultados indicaram ingestão de alimentos como: (43,64%) de carboidratos, (35,15%) de proteínas, açúcares (9,99%), (7,47%) de hortaliças/frutas e (3,75%) de óleos. Sousa et al. (2019) identificaram que os adolescentes quilombolas, quando comparados aos demais adolescentes da mesma área rural do sudoeste baiano, apresentaram menor consumo de leite, vegetais, e maior consumo de feijão.

Além disso, é necessário atentar que em alguns quilombos houve mudanças na forma de se alimentar, como acesso aos alimentos pela forma de compra e dependência do mercado local (COSTA, 2011), maior dependência de produtos industrializados e menor produção para autoconsumo (NAVAS et al., 2015), menor disponibilidade de verduras e legumes (SARDINHA et al., 2014), pouca variedade de alimentos consumidos, além de inadequação no consumo de macro e micronutrientes e baixo teor de fibras (SILVA, 2013).

O consumo de uma alimentação inadequada em quantidade (energia) e qualidade (nutrientes) pode comprometer de forma crônica (desnutrição, doenças carenciais e excesso de peso) a saúde de dos indivíduos (ABRASCO, 2015; MALUF, 2009). Diversos fatores podem estar associados com o consumo alimentar inadequado, no entanto, em relação às comunidades quilombolas, essas condições são agravadas possivelmente pela dificuldade de acesso aos alimentos, fatores socioeconômicos como baixo nível de escolaridade e remuneração, bem como, acesso limitado às políticas públicas (SILVA, 2013).

## **6. MÉTODOS**

Este estudo utilizou dados coletados em uma pesquisa maior desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através do Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, nos anos de 2011/2012 nas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, intitulada “Acesso aos Programas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e repercussões na segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul”.

Um aspecto a ser destacado é que esta investigação é inédita no estado do Rio Grande do Sul, uma vez que ainda não havia sido realizada nenhuma pesquisa de base populacional que contemplasse a caracterização demográfica socioeconômica e acesso a programas de combate à fome das famílias pertencentes a comunidades remanescentes de quilombos. Além disso, torna-se um tema inovador no âmbito do Programa de Pós-graduação em epidemiologia, ligado as ciências biomédicas.

### **6.2 METODOLOGIA DO ESTUDO ORIGINAL**

#### **6.2.1 Delineamento**

Foi realizado um estudo transversal de base populacional, incluindo uma amostra representativa de famílias quilombolas do estado do Rio Grande do Sul.

#### **6.2.2 População- alvo**

A população de estudo foi composta por chefes de famílias de domicílios localizados em comunidades quilombolas rurais e urbanas no estado do Rio Grande do Sul. Conforme informações disponibilizadas pela Fundação Cultural Palmares, até outubro de 2010, no estado do Rio Grande do Sul havia 98 comunidades quilombolas certificadas, estimando-se 3.101 famílias.

#### **6.2.3 Cálculo tamanho da amostra**

O processo de amostragem se deu em duas etapas. A amostra foi estimada levando-se em consideração a prevalência de insegurança alimentar moderada e grave na população negra do estado Rio Grande do Sul, segundo PNAD 2009 (9,5 %). Estabeleceu-se (no software Epi Info) um erro aceitável de 3 pontos percentuais, efeito de delineamento de 1,5, nível de confiança de 95% e poder estatístico de 80% totalizando 576 famílias.

O número de famílias em cada quilombo do Rio Grande do Sul difere entre 4 e 275, neste sentido foi atribuído um peso (ou probabilidade) a cada quilombo proporcional ao número de famílias. Assim, um quilombo com 100 famílias teve 10 vezes mais chance de ser incluído do que um quilombo com 10 famílias. O cálculo do número de famílias entrevistadas em cada comunidade quilombola também se deu através da amostragem com probabilidade proporcional ao tamanho. Em seguida, com a listagem de todas as famílias residentes em cada comunidade, foi realizada uma amostragem aleatória para seleção das famílias a serem entrevistadas.

Com um total de 576 famílias selecionadas, foi realizado um acréscimo de 10% para perdas e recusas, sendo que a amostra final calculada foi de 634 famílias, localizadas em 22 comunidades quilombolas rurais e urbanas de 17 municípios no estado do Rio Grande do Sul, conforme mapa abaixo. A lista com as comunidades quilombolas sorteadas e seus respectivos municípios encontram-se no Apêndice A.

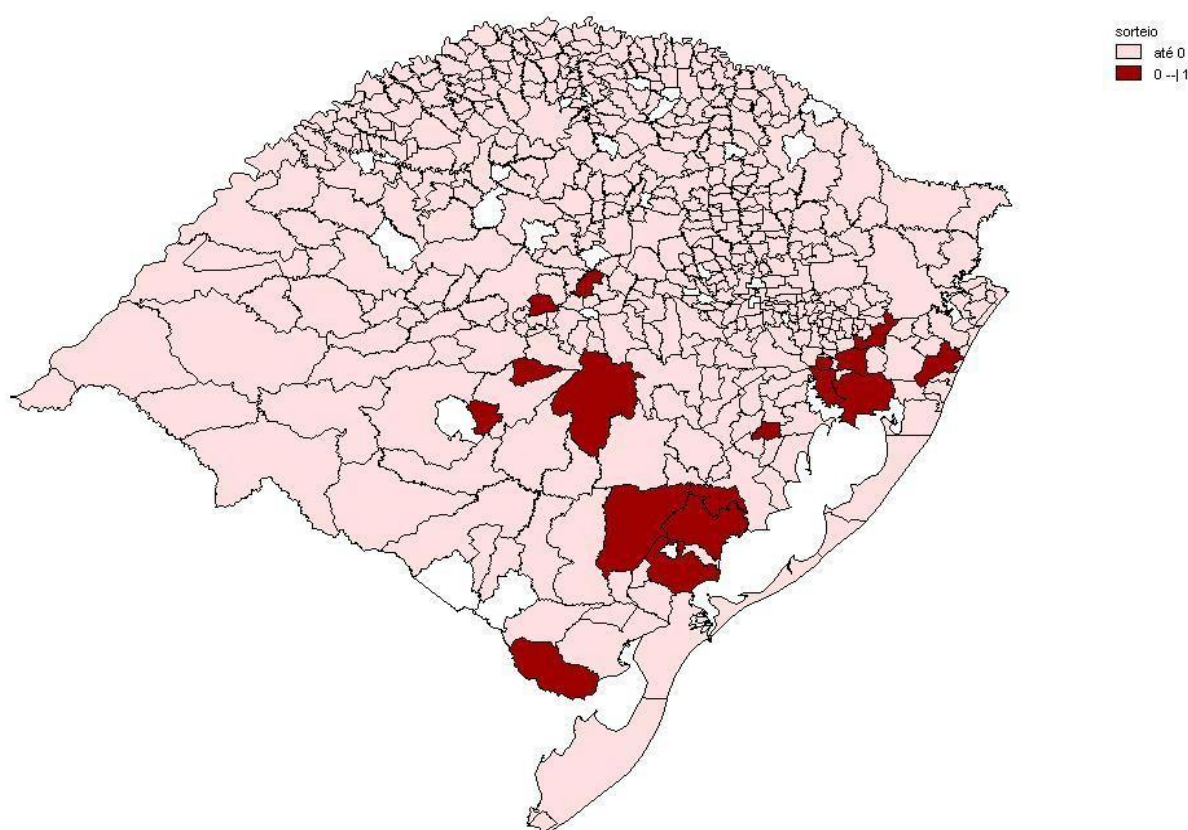


Figura 1- Municípios do estado do Rio Grande do Sul com Comunidades Quilombolas selecionadas para a pesquisa.

#### 6.2.4 Fase pré-coleta de dados

O processo de seleção dos entrevistadores foi composto por prova de conhecimentos

gerais e entrevista. Foram selecionados indivíduos de ambos os sexos com escolaridade mínima de ensino médio. O treinamento dos selecionados foi de 40 horas, no qual foram abordados o estudo teórico e as técnicas de entrevista, dramatizações e aplicação do questionário.

O estudo piloto foi realizado em uma comunidade quilombola não incluída na amostra. Consistiu em teste final do questionário e manual, apreciação da logística e organização do trabalho de campo, além do treinamento final e de codificação para os entrevistadores.

### **6.2.5 Coleta de dados**

Os entrevistadores visitaram os domicílios sorteados, quando o possível entrevistado não estava em casa no momento, as entrevistas eram agendadas, e as casas novamente visitadas.

Quando houve recusa ou ausência dos moradores o entrevistador realizava mais duas tentativas em dias e horários diferentes. Para minimizar a possibilidade de recusas foram contatadas inicialmente organizações do movimento negro e movimento quilombola, e após iniciada ampla divulgação nos órgãos de comunicação locais tornando conhecida a existência do estudo.

Para coleta de dados foram utilizados questionários padronizados, pré-codificados e pré-testados (Apêndice B). Os questionários com questões sobre os desfechos e exposições do estudo foram aplicados diretamente ao responsável da família residente em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul.

Para identificação do consumo alimentar das famílias quilombolas foi realizado recordatório alimentar das últimas 24 horas (Apêndice B). Os participantes do estudo mencionaram, através do recordatório, todos os alimentos e bebidas consumidos ao longo do dia anterior, com suas respectivas porções, em medidas caseiras, que foram obtidas com o auxílio de um álbum fotográfico com imagens de alimentos.

Além do consumo alimentar, foram coletadas variáveis referentes às condições demográficas, socioeconômicas, práticas agrícolas, consumo da produção de alimentos, entre outras. Os questionários, depois de revisados e codificados, foram digitados duplamente no programa EpiData.

### **6.2.6 Controle de qualidade**

Foi realizada revisita de 10% das famílias quilombolas visitadas, sorteadas

aleatoriamente, com aplicação de um questionário contendo perguntas chave para a verificação de possíveis erros ou respostas falsas. Os questionários foram revisados atentamente para o controle de possíveis erros no preenchimento.

### 6.3 METODOLOGIA DO PRESENTE ESTUDO

A seguir serão apresentadas as variáveis de desfecho e explanatórias utilizadas neste estudo.

#### 6.3.1 Variáveis Desfecho

Considerando os conceitos apresentados no referencial deste trabalho, é inevitável concluir que o estudo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em comunidades quilombolas é complexo e interdisciplinar. Para mensurar a SAN das famílias quilombolas deste estudo foram utilizadas algumas dimensões de monitoramento propostas pelo CONSEA (2010) e instituídas pelo Decreto 7.272/2010: produção de alimentos; disponibilidade de alimentos; renda e despesas com alimentação; acesso à alimentação adequada e saudável. Essas dimensões, por sua vez, abrangem indicadores, que se configuram nas variáveis desfechos desta pesquisa: práticas agrícolas e consumo alimentar.

A variável dependente prática agrícola foi definida como: agricultura, pecuária, extração vegetal, pesca, aquicultura ou serviço auxiliar em alguma destas atividades.

Também foram aferidas as variáveis que descrevem a comercialização e consumo da produção de alimentos das famílias que desempenham práticas agrícolas. As variáveis estão descritas na tabela abaixo:

Tabela 1- Variáveis do desfecho práticas agrícolas desempenhadas por residentes em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul.

(continua)

Variável	Definição	Tipo de variável	Categorização
<b>Desempenha práticas agrícolas</b>	Agricultura, pecuária, extração vegetal, pesca, aquicultura ou serviço auxiliar em alguma destas atividades.	Categórica Dicotômica	<b>Sim</b> <b>Não</b>
Comercialização	A comercialização foi verificada através da pergunta “Vendeu alguma parte da produção?”	Categórica Dicotômica	Sim Não

(conclusão)

Variável	Definição	Tipo de variável	Categorização
Produção de alimentos consumida pela família	A produção consumida foi analisada pela pergunta “Algo da produção foi consumida pela família?”	Catagórica Dicotômica	Sim Não
Quantidade da produção de alimentos consumida pela família	A quantidade da produção consumida foi avaliada pela pergunta “Que parcela da produção foi consumida pelas pessoas moradoras deste domicílio?”	Catagórica Politômica	Menos da metade Metade Mais da metade

O desfecho de consumo alimentar foi definido a partir da média de consumo de macro e micronutrientes e energia no dia anterior, além das refeições realizadas pelas famílias e consumo de frutas e verduras.

Tabela 2- Variáveis do desfecho consumo alimentar de residentes em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul.

Variável	Definição	Tipo de variável	Categorização
Nutrientes	Carboidratos, proteínas, lipídios, sódio, cálcio, potássio, ferro, fibras, vitamina C, D e E	Numérica continua	-
Energia	Kcal	Numérica continua	-
Refeições realizadas	Café da manhã Lanche da manhã Almoço Lanche da tarde Jantar Ceia Lanche meio da noite	Catagórica Dicotômica	Sim Não
Consumo de alimentos	Frutas, verduras	Catagórica Dicotômica	Sim Não

### 6.3.2 Variáveis Explanatórias

A seguir estão as variáveis independentes deste estudo. Para o desfecho desempenho de práticas agrícolas por famílias de comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul foram



utilizadas variáveis demográficas e socioeconômicas, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Variáveis independentes para desfecho práticas agrícolas desempenhadas por residentes em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul.

<b>Variável</b>	<b>Definição</b>	<b>Tipo de Variável</b>
Idade	Anos completos	Numérica contínua
Sexo	Masculino /feminino	Catégorica dicotômica
Estado Civil	Casado/em união estável Viúvo Separado/divorciado Solteiro	Catégorica politômica
Perímetro	Urbano/rural	Catégorica dicotômica
Moradores da casa	Quantidade de pessoas ou famílias	Numérica discreta
Ocupação	Trabalhando Desempregado Aposentado/Pensionista/Encostado Outros (estudante, dona de casa etc.)	Categoria politômica
Classe econômica <sup>1</sup>	B; C; D; E	Categoria politômica ordinal
Renda Familiar	Em reais	Numérica contínua

<sup>1</sup>ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – Dados com base no Levantamento Sócio Econômico de 2008 do IBOPE.

A variável independente do desfecho de consumo alimentar foi a variável desempenho de práticas agrícolas, conforme a tabela 4.

Tabela 4- Variável independente para desfecho consumo alimentar das comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul.

<b>Variável</b>	<b>Definição</b>	<b>Tipo de variável</b>	<b>Categorização</b>
Desempenha práticas agrícolas	Agricultura, pecuária, extração vegetal, pesca, aquicultura ou serviço auxiliar em alguma destas atividades.	Catégorica	Sim
		Dicotômica	Não

## 6.4 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada com o *software StatisticalPackage for the Social Sciences* (SPSS) 18.0. Foi feita análise descritiva de todas as variáveis do estudo (desfecho e explanatórias) para caracterizar a amostra. Para as variáveis categóricas realizou-se o cálculo das frequências absolutas e relativas, para as variáveis contínuas utilizou-se o cálculo das médias e desvio padrão.

Posteriormente realizaram-se as análises bivariadas para o teste das hipóteses iniciais do estudo. Para as variáveis categóricas realizou-se do teste do qui-quadrado de *Pearson* e para as variáveis contínuas *teste-t Student*. Para todos os testes de hipótese foi adotado um nível de significância de 5%.

## 6.5 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto original (Acesso aos programas de desenvolvimento social e combate à fome e repercussões na segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul) foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob o protocolo 20041.

Foram respeitadas as diretrizes e normas regulamentadoras na Resolução CNS 196/96 (vigente na época), onde foi preconizada anuência antecipada das comunidades através dos seus próprios líderes e dos sujeitos selecionados para pesquisa esclarecendo os objetivos, a justificativa, a metodologia a ser empregada e o que compreendia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os princípios éticos foram assegurados realizando a coleta de dados somente após consentimento informado dos entrevistadores e garantindo também o respeito à confidencialidade, ao anonimato, e privacidade das informações coletadas.

### 6.5.1 Aspectos éticos da pesquisadora

O presente estudo utilizou o banco de dados da pesquisa anterior, cuja responsabilidade é da Professora Marilda Neutzling do Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da UFRGS. As autoras do estudo atual assinaram Termo de Compromisso para utilização dos dados (Apêndice C) com o objetivo de assegurar os direitos e deveres relacionados à comunidade científica e aos sujeitos da pesquisa conforme Resolução CNS 466/2012 que dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

No que se refere aos riscos desta pesquisa, entende-se que um possível risco é a não confidencialidade dos dados, razão pela qual as pesquisadoras comprometem-se a preservar a privacidade dos indivíduos entrevistados. As informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para execução da presente pesquisa e serão divulgadas de forma anônima.

## 7. RESULTADOS

Foram entrevistados 589 responsáveis por famílias quilombolas, Na tabela 5 observa-se que a maior parte dos responsáveis pelos domicílios entrevistados era do sexo feminino (64,9%), casados ou em união estável (57,8%), com idade entre 18 e 39 anos (42,1%) e relatavam estar trabalhando (41,7%) no momento da entrevista. Em relação a variável socioeconômica, a maioria das famílias encontrava-se nas classes econômicas C (48,2%) e D (35,6%) e possuía renda per capita familiar menor ou igual a R\$ 140,00 (39%). A grande maioria das famílias residia no perímetro rural (81,7%) e em 59,4% das residências moravam de duas a quatro pessoas.

Ainda, a tabela 5 mostra as prevalências do desempenho de práticas agrícolas segundo características demográficas e socioeconômicas do responsável pela família. Entre os indivíduos pesquisados, 399 (68%) exerciam alguma prática agrícola. Desses, majoritariamente residiam no meio rural (96,7%), com duas a quatro pessoas (58,4%). A maioria dos responsáveis pela família era do sexo feminino (59,6%), com idade entre 40 a 59 anos (40,2%), sendo casados ou com união estável (62,8%). A maior parte dos entrevistados referiu estar trabalhando (43,5%), contudo, no que se refere ao fator socioeconômico, a maior parte encontrava-se nas classes econômicas C (45,8%) e D (38,3%) e 39,1% possuía renda per capita familiar menor ou igual a R\$ 140,00.

Foram observadas associações significativas ( $p < 0,05$ ) entre desempenho de práticas agrícolas e as variáveis demográficas sexo, estado civil e perímetro e entre as variáveis socioeconômicas classe econômica e ocupação.

Tabela 5 - Prevalência de práticas agrícolas e características socioeconômicas e demográficas de residentes em comunidades quilombolas. Rio Grande do Sul, 2011(n=589).

Variáveis	N (%)	Prevalência N (%) Práticas agrícolas	(continua) p-valor
<b>Práticas agrícolas</b>			
Sim	399 (68)	-	-
Não	188 (32)	-	-
<b>Idade</b>			0,107
18 a 39 anos	246 (42,1)	156 (39,2)	
40 a 59 anos	221 (37,8)	160 (40,2)	
60 anos ou mais	118 (20,2)	82 (20,6)	
<b>Sexo</b>			<0,001
Masculino	207 (35,3)	161 (40,4)	

Variáveis	N (%)	Prevalência N (%) Práticas agrícolas	(conclusão)
			p-valor
Feminino	380 (64,7)	238 (59,6)	0,003
<b>Estado Civil</b>			
Casado/ Em união	388 (57,7)	250 (62,8)	
Viúvo	63 (10,8)	39 (9,8)	
Separado/ Divorciado	23 (3,9)	12 (3,0)	<0,001
Solteiro	162 (27,6)	97 (24,4)	
<b>Perímetro</b>			
Urbano	106 (18,1)	13 (3,3)	0,351
Rural	481 (81,9)	386 (96,7)	
<b>Moradores da casa</b>			
1 pessoa	66 (11,2)	50 (12,5)	<0,001
2 a 4 pessoas	349 (59,5)	233 (58,4)	
5 ou mais pessoas	172 (29,3)	116 (29,1)	
<b>Ocupação</b>			0,004
Trabalhando	244 (41,6)	173 (43,5)	
Desempregado	81 (13,7)	37 (9,3)	
Aposentado/ Pensionista/Encostado	116 (19,8)	79 (19,8)	
Outros <sup>1</sup>	146 (24,9)	109 (27,4)	
<b>Classe Econômica</b>			0,982
B	24 (4,1)	10 (2,5)	
C	282 (48,2)	182 (45,8)	
D	208 (35,6)	152 (38,3)	
E	71 (12,1)	53 (13,4)	
<b>Renda Familiar</b>			
>300,00	211 (35,9)	144 (36,1)	
140,01 a 300,00	147 (25,0)	99 (24,8)	
0,0 a 140,00	229 (39,0)	156 (39,1)	

<sup>1</sup>Categoria outros (variável situação de emprego): dona de casa, estudantes

A tabela 6 apresenta as características das práticas agrícolas desempenhadas pelas famílias quilombolas. No que se refere à produção de alimentos, 30,7% das famílias pesquisadas realizou a comercialização dos produtos, 93,3% referiu consumir os alimentos, sendo que 62,4% das famílias consumiu mais da metade da produção.

Tabela 6 - Características das práticas agrícolas de residentes em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, 2011(n=399).

Variáveis	N	(continua)
		(%)
<b>Comercialização da produção de alimentos</b>		
Sim	116	(30,7)
Não	262	(69,3)

Variáveis	(conclusão)	
	N	(%)
<b>Produção de alimentos consumida pela família</b>		
Sim	364	(93,3)
Não	26	(6,7)
<b>Quantidade da produção de alimentos consumida pela família</b>		
Menos da metade	73	(19,9)
Metade	65	(17,7)
Mais da metade	229	(62,4)

Na tabela 7 verifica-se a prevalência do consumo alimentar em relação às práticas agrícolas. Constata-se que a realização das refeições jantar e ceia foi significativamente maior naqueles que desempenham prática agrícola ( $p < 0,05$ ). No que concerne associação do consumo de alimentos *in natura* e práticas agrícolas, verificou-se diferença estatisticamente significativa apenas no consumo de frutas no dia anterior da entrevista, representando 45,5% de consumo para as pessoas que desempenhavam práticas agrícolas *versus* 33,3% para aqueles que não desempenhavam.

Tabela 7 – Consumo alimentar segundo desempenho de práticas agrícolas de residentes em comunidades quilombolas. Rio Grande do Sul, 2011 (n=589).

Desfechos	N (%) (n=589)	Práticas agrícolas		p-valor
		Sim	Não	
<b>Realização de refeições</b>				
Café da manhã	503 (86,0)	346 (86,9)	157 (84,0)	0,333
Lanche da manhã	158 (27,0)	109 (27,4)	49 (26,2)	0,764
Almoço	580 (99,1)	394 (99,0)	186 (99,5)	0,564
Lanche da tarde	370 (63,2)	249 (62,6)	121 (64,7)	0,616
Jantar	543 (92,8)	376 (94,5)	167 (89,3)	0,024
Ceia	86 (14,8)	45 (11,4)	41 (22,3)	0,001
Lanche meio da noite	32 (5,5)	17 (4,3)	15 (8,2)	0,061
<b>Consumo de alimentos no dia anterior<sup>1</sup></b>				
Frutas	242 (41,6)	180 (45,5)	62 (33,3)	0,006
Verduras/legumes	285 (49,0)	200 (50,5)	85 (45,7)	0,279

<sup>1</sup>Recordatório Alimentar de 24 horas

No que se refere à composição nutricional da alimentação das famílias quilombolas estudadas, analisou-se as médias e desvio padrão de macro e micronutrientes e energia presente no consumo alimentar dessa população nas últimas 24 horas.

O consumo médio de energia entre os quilombolas que exercem práticas agrícolas correspondeu a  $1794,4 \pm 987,1$  Kcal por pessoa por dia. Os dados de ingestão demonstrados

na tabela 8 revelam que não foram observadas associações significativas no teor de energia consumida entre os quilombolas que desempenham práticas agrícolas e os demais. Em relação à participação dos macro e micronutrientes na alimentação, observa-se que não houve diferença estatisticamente significativa na ingestões de proteínas, lipídios, cálcio, ferro etc. dentre os que desempenham práticas agrícolas e não desempenhavam. Em contrapartida, observou-se que a ingestão de carboidratos, fibras, potássio e vitamina C foi significativamente maior ( $p < 0,05$ ). Apesar de não apresentar diferença significativa, observa-se que a participação do sódio na alimentação dos indivíduos que não executam práticas agrícolas foi superior.

Tabela 8 - Ingestão diária de nutrientes selecionados (média e desvio padrão), segundo desempenho de práticas agrícolas de residentes de comunidades quilombolas. Rio Grande do Sul, 2011(n=589).

Variáveis	Prática Agrícola Média (DP)		p-valor
	Sim	Não	
Calorias (Kcal)	1794,4 ± 987,1	1658,4 ± 826,9	0,104
Carboidratos (g)	246,3 ± 148,4	212,4 ± 118,9	0,006
Proteínas (g)	69,3 ± 53,2	76,01 ± 43,5	0,136
Lipídios (g)	55,4 ± 38,0	59,0 ± 36,8	0,284
Fibra (g)	25,3 ± 16,8	21,9 ± 17,0	0,025
Sódio (mg)	1249,8 ± 1311,1	1451,2 ± 1264,0	0,080
Cálcio (mg)	331,3±288,7	343,3±283,9	0,638
Potássio (mg)	2043,7 ± 1139,3	1833,6 ± 92,5	0,030
Ferro (mg)	9,1 ± 5,5	8,5 ± 5,6	0,262
Vitamina C (mcg)	127,1±176,6	251,5±119,2	<0,001
Vitamina D (mcg)	2,9 ± 13,0	2,1 ± 10,0	0,447
Vitamina E (mcg)	0,1 ± 0,4	0,1 ± 0,2	0,088

## 8. DISCUSSÃO

O presente estudo realizado com comunidades quilombolas do estado do Rio Grande do Sul (RS) mostrou que a maioria (68%) dos chefes de famílias entrevistados desempenhavam alguma prática agrícola (agricultura, pecuária, extração vegetal, pesca, piscicultura ou serviço auxiliar em algumas destas atividades) e 96,7% desses residia na zona rural do Estado, sendo verificada associação significativa ( $p < 0,05$ ) entre desempenho de práticas agrícolas e a variável demográfica perímetro. Rubert (2010) já afirmava em sua pesquisa, que no RS a maioria dos territórios ocupados por comunidades quilombolas são encontrados no meio rural, sendo distribuídos por todas as regiões. A Fundação Cultural Palmares corrobora informando que é predominante que as comunidades quilombolas localizam-se na zona rural, contudo, também existem quilombos em áreas urbanas e periurbanas.

Dependendo da região do país as comunidades quilombolas desenvolvem múltiplas atividades produtivas, como agricultura com produção de alimentos, criação de animais, extrativismo, caça, pesca etc. para fins de consumo próprio, a troca por outros produtos e venda do pouco excedente (DIEGUES et al., 2000; RÊGO; CASTRO, 2014). No Pará, há a presença de diferentes sistemas de produção/obtenção de alimentos nas comunidades quilombolas, como a prática da caça e pesca, o extrativismo e a produção agrícola (FIGUEIREDO; BARROS, 2016; NASCIMENTO; GUERRA, 2016). Em quilombo da Ilha do Marajó/PA o principal alimento consumido pelas famílias advém dos recursos encontrados nos rios, manguezais e igarapés, onde são coletados peixes, crustáceos e moluscos, além da caça e extrativismo vegetal (NASCIMENTO; BARROS; 2019). Em uma comunidade quilombola do Sergipe, a pesca também foi identificada como a principal forma de subsistência dos moradores (ANDRADE et al., 2017).

No Estado de São Paulo, famílias de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira praticam a agricultura tradicional, sendo as principais fontes de renda a venda da produção agrícola e de produtos extraídos da floresta e criação de animais (PEDROSO JÚNIOR et al., 2008). Na região centro-oeste do Brasil, alguns estudos com comunidades quilombolas também identificaram atividades produtivas, como criação de animais (MAZZARO; CASTILHO; SILVA, 2011; SANTOS; BARROS, 2017) e cultivo de plantas alimentícias em quintais e roças, sendo utilizados para autoconsumo (SANTOS; BARROS, 2017) e produção agrícola orgânica (MAZZARO; CASTILHO; SILVA, 2011).

Para Maluf (2004), a viabilização das atividades de produção agroalimentar continua



sendo fundamental para a reprodução das famílias do meio rural, uma vez que é fonte direta de renda monetária e de alimentos para o autoconsumo. Santos e Garavello (2016) afirmam que as práticas agrícolas em comunidades quilombolas contribuem para a manutenção da segurança e a soberania alimentar das unidades familiares indo ao encontro das dimensões de

disponibilidade de alimentos, considerada como a oferta em quantidade e qualidade obtida via produção para autoconsumo ou compra; o acesso, por meio da obtenção de alimentos quando esses não são produzidos - poder de compra, e; estabilidade de produção, a mão de obra e áreas disponíveis para cultivo possibilita suprir parte da demanda de alimentos do núcleo doméstico e desonera parte do orçamento para a compra de outros bens que não os alimentares. (SANTOS; GARAVELLO, 2016, pg.213).

Contudo, além da expressiva participação dos quilombolas desta pesquisa no desempenho de práticas agrícolas, é necessário apontar que cerca de  $\frac{1}{3}$  dos indivíduos entrevistados referiram não desempenhar nenhuma prática agrícola, mesmo a grande maioria residindo na zona rural (81,9%). Diante disso, é necessário verificar as problemáticas que permeiam essas comunidades no RS, como as áreas pouco adequadas à prática da agricultura (terrenos alagados ou muito íngremes e pedregosos) (RUBERT, 2007; 2010) ou territórios reduzidos para plantio (RODRIGUES GOIS; MIGUEL (2019; RUBERT, 2007). Em outras regiões do país também foram verificadas pequenas extensões de território, o que impossibilita a forma adequada de produção de alimentos e a incapacidade de abastecimento das necessidades da família por meio da produção local (BRAGA, 2019; COSTA, 2011; FIAN BRASIL, 2017; MAZZARO; CASTILHO; SILVA, 2011). Afonso, Corrêa e Silva (2020) destacam a importância da capacidade agrícola do território e a acessibilidade a recursos naturais como fatores cruciais na garantia da SAN. Além do mais, embora as comunidades quilombolas tenham sido inseridas nas políticas públicas para agricultura familiar, são verificadas grandes dificuldades no acesso aos programas de estruturação produtiva, resultando na exclusão do segmento às políticas de crédito e de fomento à agricultura familiar.

Em relação à produção de alimentos das famílias que desempenham práticas agrícolas, os dados revelam que a grande maioria realizava o consumo desses alimentos, sendo que 62,4% afirmou que consome mais da metade da produção. Esse dado vai ao encontro do conceito de soberania alimentar, pois comprova que a grande parte da produção de alimentos é para autoconsumo. Resultados semelhantes são verificados em outras pesquisas em diferentes regiões do país, nas quais o desempenho de múltiplas práticas agrícolas contribui para a manutenção da segurança e a soberania alimentar das famílias das comunidades quilombolas

(HAGERAATS; 2017; KRAEMER, 2012; RÊGO; CASTRO, 2014; RODRIGUES GOIS; MIGUEL, 2019; SANTOS; GARAVELLO, 2016; SANTOS; MIRA, 2016; VATTATHARA et al., 2019).

Grisa, Gazolla e Schneider (2010) concluíram em seu trabalho que a produção de alimentos para autoconsumo se mantém como estratégia recorrente e desempenha diversos papéis na reprodução social, econômica e alimentar das famílias do rural do RS. Esta produção se reveste de vários significados, valores e importâncias para os agricultores, sendo responsável pela diversificação da produção de alimentos, geração da SAN, além disso, o auto provisionamento é responsável por uma importante economia de recursos financeiros. Maluf (2004) afirma que a produção para autoconsumo cumpre uma importante função ao manter internamente a unidade familiar e a segurança alimentar.

Os dados de uma pesquisa de âmbito nacional reafirmam a importância da disponibilidade de alimentos oriundos da produção agrícola domiciliar entre os quilombolas mais vulneráveis para consecução da SAN, além de auxiliar na construção de identidades mais próximas da vida rural, na manutenção da cultura alimentar quilombola e dos saberes relacionados ao manejo de sementes ou de cultivares (FROZI, 2014). Machado (2016) em estudo com comunidade quilombola da região do Alto Jacuí/RS conclui que “[...] Plantar para o quilombola é mais que uma ocupação, é uma prática necessária em seu cotidiano, uma atividade que compõe a sua identidade agrícola”.

Entre os indivíduos que desempenham práticas agrícolas, neste trabalho a maioria dos responsáveis pelas famílias era do sexo feminino (59,6%), sendo verificadas associações significativas ( $p < 0,05$ ) entre desempenho de práticas agrícolas e a variável demográfica sexo. Dado semelhante foi encontrado na pesquisa “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas”, na qual 62% dos domicílios são chefiados por mulheres no sul do país, resultado oposto ao de todas as outras regiões do Brasil, em que é maior a proporção de domicílios chefiados por homens (BRASIL, 2013b). Araújo e colaboradores (2017) também identificaram em uma comunidade quilombola do Pará que entre as famílias agricultoras a maioria são mulheres (74,4%).

Nas áreas rurais do Brasil, o trabalho realizado pelas mulheres reflete-se em todo o processo produtivo, desde a preparação da terra e cultivo, até a colheita, beneficiamento, comercialização, dentre outras (RÊGO; CASTRO, 2014). Essas atividades ficam evidentes em comunidades quilombolas do Vale do Jequitinhonha/MG, nas quais as mulheres assumem papel de protagonistas na dinâmica dos processos socioeconômicos e culturais devido a expressiva migração sazonal dos homens para o corte de cana e colheita do café

(TUBALDINI; DINIZ, 2011). No Rio Grande do Sul, Vattathara et al. (2019) identificaram em duas comunidades quilombolas o papel das mulheres e sua contribuição na reprodução da comunidade, com destaque para a manutenção de hortas e de produção de alimentos para subsistência. Conforme os autores “[...] nota-se a importância dada pelas mulheres à agricultura de autoconsumo. Para elas, garantir o alimento para a família é se reconhecer enquanto pessoas humanas emancipadas, que não dependem das sobras dos patrões como antigamente”.

Em comunidade quilombola do Rio Grande do Norte as mulheres se dedicam à agricultura familiar transmitida por gerações e às atividades relacionadas à produção de artesanato. Contudo, foram verificados aspectos de desigualdade, haja vista a invisibilidade das mulheres, uma vez que possuem responsabilidades na esfera doméstica e no trabalho produtivo (em atividades agropecuárias) e reprodutivo, as quais marcam a sua contribuição, embora nem sempre reconhecida nem remunerada (SOUZA; SILVA; COSTA, 2019). Souza e Araújo (2014) também apontam sobre a invisibilidade e as necessidades da mulher quilombola, com acúmulo e sobrecarga de atividades desempenhadas nos núcleos familiares dos quilombos rurais. Porém os autores salientam que "é dentro da frágil estrutura dessas comunidades que a mulher quilombola desempenha diversos papéis importantes para a sobrevivência de seu povo, de sua cultura e da própria subsistência dos seus descendentes" (SOUZA; ARAÚJO, 2014).

Quanto ao estado civil e idade dos indivíduos que desempenham práticas agrícolas, nesta pesquisa a maioria dos responsáveis pelas famílias entrevistados continha mais de 40 anos de idade (69,8%) e 62,8% eram casados ou com união estável, foi encontrada associação significativa apenas entre práticas agrícolas e a variável estado civil. Na comunidade quilombola do Abacatal/PA 48,7% dos agricultores quilombolas possuíam mais de 40 anos e a grande maioria (79,5%) era casado ou vivia em união estável (ARAÚJO et al., 2017). Santos e Garavello (2016) apontam em sua pesquisa idade média dos quilombolas entrevistados de 51 anos, sendo a idade avançada fator da maioria não possuir roçados e não conseguirem trabalhar na produção agrícola.

Em relação aos fatores socioeconômicos, nessa pesquisa, foram observadas associações significativas ( $p < 0,05$ ) entre desempenho de práticas agrícolas e as variáveis socioeconômicas classe econômica e ocupação. A maioria (48,2%) dos indivíduos que desempenhavam práticas agrícolas se encontrava na classe econômica C pela ABEP. Além disso, 39% dos chefes de família que desempenham práticas agrícolas possuíam renda per capita familiar menor ou igual a R\$ 140,00 e menos da metade (43,5%) referiram estar

trabalhando no momento da entrevista.

Os determinantes socioeconômicos possuem grande influência na garantia da SAN da população, sendo que as desigualdades de renda afetam a aquisição de alimentos em quantidade e qualidade (FAO, 2014). Além disso, causam limitação no uso da terra, a qual é uma característica essencial aos quilombolas. Em estudos com comunidades quilombolas realizados nos estados Minas Gerais (FIAN BRASIL, 2017; RIBEIRO; MORAIS; PINHO, 2015), Paraíba (HAGERAATS, 2017; MEDEIROS; LIMA; SILVA, 2014), Piauí (SOARES et al., 2020), Pará (COSTA, 2011) e Tocantins (BRAGA, 2019), também foram observados a predominância de famílias com condições econômicas desfavoráveis, o que pode estar associada à baixa qualidade de vida das famílias, alta prevalência de INSAN e violação do DHAA. Silva e colaboradores (2017) em estudo comparativo com outras populações rurais apontam que membros de comunidades quilombolas apresentam níveis de renda mais baixos e são muito mais suscetíveis de sofrer algum grau de INSAN.

Em relação ao número de moradores nos domicílios, mais da metade das famílias (58,4%) que executam práticas agrícolas residiam com duas a quatro pessoas. Resultado semelhante foi encontrado nas pesquisas de Braga (2019) e Pedroso e Junior et al. (2008) em distintas regiões do Brasil. Famílias constituídas por maior número de pessoas permite, muitas vezes, disponibilidade de mão de obra para executar atividades produtivas, além disso, aumenta a possibilidade de permanência das pessoas na comunidade de origem (BRITO et al., 2009). Santos e Garavello (2016) apontam que alguns quilombolas não possuem roçados devido à escassez de mão de obra para realizar as atividades. Além disso, os autores identificaram que a mão de obra predominante para a atividade de produção alimentar é a do casal (40%) e das mulheres (22%), uma vez que os filhos não têm interesse na agricultura, limitando, assim, a capacidade de mão de obra do grupo familiar para o exercício da atividade.

No que diz respeito às características do consumo alimentar das famílias quilombolas que realizam alguma prática agrícola, os resultados mostram que a maioria dos indivíduos costuma fazer pelo menos quatro refeições diárias. Em comunidades quilombolas do Maranhão e Rio Grande do Sul foram verificados resultado semelhante (FIGUEIREDO et al., 2011; MELO et al., 2020), já no estado do Pará, outras pesquisas mostram dados divergentes (FREITAS et al., 2018; SILVA, 2013).

Na associação do consumo de alimentos *in natura* e práticas agrícolas, verificou-se diferença estatisticamente significativa apenas no consumo de frutas no dia anterior à entrevista, 45,5% *versus* 33,3%, mostrando que os quilombolas que desempenham práticas agrícolas consomem mais frutas que os demais. Isso pode ser resultado do cultivo de

alimentos em quintais e hortas, conjuntura que aumenta a disponibilidade e o acesso a esses produtos.

No entanto, ainda é considerado baixo o consumo de frutas e verduras entre os quilombolas desta pesquisa, visto que alimentos *in natura* ou minimamente processados, principalmente de origem vegetal, são considerados a base para uma alimentação com equilíbrio nutricional, que respeitam a cultura e promovem sistemas alimentares sustentáveis (BRASIL, 2014). Diversos fatores podem influenciar no consumo de frutas e verduras de uma população, como renda, acesso aos alimentos, reduzidos espaço para plantio etc. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-18 mostrou que a aquisição alimentar domiciliar de frutas e hortaliças foi menor entre os indivíduos com rendimentos mais baixos (IBGE, 2020). Outra explicação possível para a reduzida ingestão de frutas e hortaliças, é o fato do seu consumo ser sazonal no RS, ou seja, há uma variação na ingestão desses alimentos durante o inverno (RIVAS et al., 2016).

Outras pesquisas realizadas com quilombolas em diversas regiões do país também verificaram baixo consumo de frutas (ANDRADE et al., 2017; BRAGA, 2019; FREITAS et al., 2018; MELO et al., 2020; SOARES; BARRETO, 2015; SOUSA et al., 2019). Além disso, a evolução da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil, estimada com base nas POFs realizadas em 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018, indica que alimentos *in natura* ou minimamente processados vêm perdendo espaço para alimentos processados e, sobretudo, para alimentos ultraprocessados (IBGE, 2020). Mudanças nos hábitos alimentares entre quilombolas com grande presença de consumo de produtos industrializados foram verificadas em várias pesquisas nos estados de São Paulo (NAVAS et al., 2015), Pará (NASCIMENTO; BARROS, 2019; NASCIMENTO; GUERRA, 2016; FREITAS et al., 2018), Sergipe (ANDRADE et al., 2017) e Tocantins (BRAGA, 2019).

Quanto à distribuição de calorias da dieta consumida pelos quilombolas que exercem práticas agrícolas, nas últimas 24 horas, os dados desta pesquisa revelam que consumo médio de energia correspondeu a  $1794,4 \pm 987,1$  Kcal. Silva (2013) encontrou em seu estudo, com adultos quilombolas de áreas ribeirinhas do Baixo Amazonas/PA, consumo médio menor de energia por pessoa por dia ( $1572,5 \pm 546,8$  Kcal). O consumo médio de energia entre mulheres quilombolas de Alagoas também foi inferior ( $1494,8 \pm 673,2$ ) ao desta pesquisa (LUNA, 2010). Deve se atentar para o fato que o método utilizado para quantificar a dieta nesta pesquisa possui suas limitações, já que para avaliar o consumo alimentar de um dia, conta com a memória do entrevistado, o que poderá super ou subestimar o consumo, além disso, não representa a ingestão habitual dos indivíduos.

Nesse trabalho, a dieta dos quilombolas que desempenhavam práticas agrícolas se mostrou mais calórica, sendo a participação de carboidratos, fibras, potássio e vitamina C, significativamente maior ( $p < 0,05$ ) dos demais indivíduos. É importante também salientar que apesar de não apresentar diferença significativa, observa-se que a participação do sódio na alimentação dos indivíduos que não executam práticas agrícolas foi superior.

Em pesquisa com mulheres quilombolas de Alagoas foram verificados resultados semelhantes para o consumo médio de proteínas e ingestão de carboidratos e lipídios inferior (LUNA, 2010). Já em quilombos do Baixo Amazonas/PA, houve diferença significativa no consumo de cálcio, ferro, zinco entre homens e mulheres quilombolas estudados. Ingestão de carboidratos, proteínas e lipídios, no total de calorias, foram semelhantes entre os sexos, porém, os lipídios estavam abaixo do recomendado, já as proteínas excederam as recomendações (SILVA, 2013). Melo et al. (2020) verificaram em sua pesquisa com comunidades quilombolas do Maranhão que o consumo da maioria dos micronutrientes foi inadequado em mais de 85% dos participantes, sendo apenas o ferro consumido adequadamente pela maioria. Além disso, a proteína foi o macronutriente com o maior percentual de adequação de consumo pelas comunidades e os carboidratos e os lipídeos foram ingeridos acima do recomendado.

O consumo de uma alimentação inadequada em quantidade e qualidade expõe os indivíduos à situação de fome oculta, sendo uma manifestação de INSAN caracterizada pela deficiência ou inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta que pode comprometer de forma crônica (desnutrição, doenças carenciais e excesso de peso) a saúde de grande parte da população (ABRASCO, 2015; MALUF, 2009). Diversos fatores podem estar associados com o desenvolvimento da fome oculta, como a disponibilidade dos nutrientes na natureza, falhas na utilização biológica dos alimentos, aumento das necessidades nutricionais, restrições alimentares, entre outros. No entanto, em relação às comunidades quilombolas, essas condições são agravadas possivelmente pela dificuldade de acesso aos alimentos, fatores socioeconômicos como baixo nível de escolaridade e remuneração, bem como, acesso limitado às políticas públicas (SILVA, 2013). Também há de se levar em consideração que os critérios que guiam as escolhas alimentares são diversos, como o preço, aspectos e facilidade do preparo, hábitos culturais, acesso e disponibilidade e não necessariamente a qualidade nutricional dos produtos. Também é necessário considerar que não há como prover o consumo alimentar adequado sem pesar os efeitos dos sistemas produtivos que determinam como os alimentos são produzidos, comercializados e disponibilizados.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias quilombolas do Rio Grande do Sul (RS) por meio dos indicadores de desempenho de práticas agrícolas e consumo alimentar. Verificou-se que a maioria das famílias de comunidades quilombolas do Estado participantes dessa pesquisa residia no meio rural e desempenhavam alguma prática agrícola, como a agricultura, criação de animais, extrativismo, entre outros. Entretanto, atenta-se para o fato de cerca de  $\frac{1}{3}$  dos quilombolas não desempenhar nenhuma prática agrícola, mesmo vivendo na zona rural. Diante disso, é necessário verificar as principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas rurais, como a falta de alternativas para a geração de renda, a dimensão reduzida das terras ocupadas e as áreas pouco adequadas à prática da agricultura, além de impasses no acesso aos programas de estruturação produtiva, resultando na exclusão do segmento às políticas de crédito e de fomento à agricultura familiar e entraves na titulação dos territórios.

Os dados dessa pesquisa mostram que parcela dos alimentos produzidos pelas famílias quilombolas era comercializada, exercendo um papel complementar à renda, contudo, a grande maioria dos indivíduos entrevistados afirmou consumir parte dessa produção. Portanto, reafirmamos a importância da disponibilidade de alimentos oriundos da produção agrícola domiciliar ou de distintas práticas agrícolas entre os quilombolas, principalmente os mais vulneráveis, para garantia da SAN. Além do mais, o desempenho de práticas agrícolas e o cultivo de alimentos são importantes para a consecução da soberania alimentar das comunidades quilombolas, manutenção dos saberes tradicionais, cultura alimentar e do patrimônio sociocultural.

Em relação ao consumo alimentar, a dieta dos quilombolas que desempenhavam práticas agrícolas se mostrou mais calórica, sendo a participação de carboidratos, fibras, potássio e vitamina C, significativamente maior dos demais indivíduos. Outro ponto a destacar é o fato de que as pessoas que desempenhavam práticas agrícolas tinham maior consumo de frutas (nas últimas 24 horas). Diversos fatores podem estar associados às escolhas alimentares como o preço, aspectos e facilidade do preparo, hábitos culturais, sazonalidade, acesso e disponibilidade e não necessariamente a qualidade nutricional dos produtos. Também é necessário considerar que não há como prover o consumo alimentar adequado sem pesar os efeitos dos sistemas produtivos que determinam como os alimentos são produzidos, comercializados e disponibilizados.

A presença das mulheres se mostrou maior entre os indivíduos que desempenham

práticas agrícolas. Nas áreas rurais do Brasil, o trabalho realizado pelas mulheres reflete-se em todo o processo produtivo, no qual constantemente assumem papel de protagonistas com destaque para a produção de subsistência e na dinâmica dos processos socioeconômicos e culturais. Entretanto, é necessário problematizar sobre a invisibilidade e as necessidades da mulher quilombola que possuem muitas vezes acúmulo e sobrecarga de atividades desempenhadas nos núcleos familiares dos quilombos rurais.

Além disso, considerando o vasto campo de pesquisa a ser explorado sobre a temática de SAN e quilombolas e sua relevância para essas comunidades, vale salientar as lacunas existentes na literatura em relação às publicações sobre o assunto, principalmente no que tange ao consumo alimentar dessas populações, além disso, é decisivo investigações acerca de gênero relacionado com garantia de alimentos nas famílias. É com base nessa constatação que se faz indispensável à realização de mais estudos.

Algumas limitações nessa pesquisa devem ser consideradas. A primeira refere-se ao delineamento transversal, que não permite que se façam inferências causais, devido a problemas relacionados à temporalidade. A segunda refere-se ao fato do questionário da pesquisa original não abarcar variáveis específicas relacionadas às práticas agrícolas, pois o mesmo foi planejado para identificar a prevalência de insegurança alimentar. Outra limitação é o fato de que o desfecho do consumo alimentar se baseia em um recordatório de 24 horas e não representa a ingestão habitual dos indivíduos.

Neste trabalho, destaca-se a invisibilidade da relevância do trabalho de negros e negras na formação econômica, política e cultural do RS e ratificamos o impacto do racismo estrutural que desencadeia cenários de ausência do Estado, dificuldades no acesso às políticas públicas, situações de vulnerabilidade social, econômica, territorial e ambiental e impedimentos na plena realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) entre a população quilombola. Além disso, há outros agravantes, como o sistema alimentar que promove as monoculturas, agricultura intensiva e concentração de terras, uso de agrotóxicos e sementes transgênicas e promoção de uma alimentação ultraprocessada.

Também é necessário comentar o atual panorama marcado pelo desmonte de políticas sociais, crise econômica combinada a uma política de austeridade fiscal, aliado ainda, com o menor patamar da história no reconhecimento das comunidades quilombolas e extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, que causa interferências importantes no funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e comprometimento nos processos de garantia do DHAA em todas as



esferas de governo. Alguns autores afirmam que essa conjuntura no país promove indícios de que o Brasil retornará ao Mapa da Fome das Nações Unidas.

Recomendar possíveis direções diante da contextualização que foi produzida neste trabalho é delicado, no entanto necessária. Em vista disto sugere-se que para mudar o cenário são necessárias políticas públicas efetivas e específicas para o desenvolvimento social, erradicação da pobreza extrema, reconhecimento dos territórios quilombolas e inclusão produtiva junto a essas populações, respeitando e valorizando suas práticas e saberes tradicionais. Também é fundamental buscar alternativas que mudem o modelo de produção que temos hoje, sendo importante a mudança dos modos produtivos alicerçados no resgate da produção de alimentos tradicionais com produção sustentável para garantia de SAN.

Por fim, é essencial reafirmar que a questão alimentar é um dos determinantes e condicionantes da saúde e é um direito humano a ser atendido.

## REFERÊNCIAS

ABRAÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH). Marília Leão (Org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

AFONSO, Luís Felipe de Castro; CORREA, Nádia Alinne Fernandes; SILVA, Hilton Pereira da. Segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 27, p. 1 -13. e020003. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8652861>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**, Manaus: UEA Edições, 2011. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/download/quilombos-e-as-novas-etnias-alfredo-wagner-berno-de-almeida/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

ANDRADE, Dhenef Alves et al. Avaliação da situação de insegurança alimentar em uma comunidade quilombola de Sergipe. **Segurança Alimentar E Nutricional**, v. 24, n. 2, p. 125-140, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8650336>>. Acesso e 04 jan. 2020.

ARANTES, Luana Lazzeri. Os povos e comunidades tradicionais e a estratégia Fome Zero: pela soberania alimentar de grupos culturalmente diferenciados. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: Assessoria Fome Zero, v. 2, p. 147-256, 2010.

ARANTES, Luana Lazzeri; MARTINS, Fernanda Ayala; FLIT, Renato. Programa Brasil Quilombola: avanços e desafios. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Alexandro Rodrigues Pinto et al. (Org.). **Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados**. Cadernos de Estudos de Desenvolvimento Social em Debate nº20. Brasília - DF, 2014. Cap. 8, p. 171-196.

ARAÚJO, Allyne dos Santos et al. Análise socioeconômica de agricultores da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua, estado do Pará, Brasil. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 7, n. 1, p. 30-37, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/biota/article/view/2466/v7n1p30-37.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais**. Boletim Informativo NUER – Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, Florianópolis, v. 1, n. 1- 2, p. 81-82, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). GT de Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva. **Fortalecimento da Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde Subsídios para as Conferências de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2015. Disponível em: <[https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2015/06/Documento-GTANSC-ABRASCO-para-subsidiar-conferencias-SAN-e-Saude\\_2015.pdf](https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2015/06/Documento-GTANSC-ABRASCO-para-subsidiar-conferencias-SAN-e-Saude_2015.pdf)>. Acesso em: 21 dez. 2019.

BAIROS, Fernanda Souza de. **(In)segurança alimentar e acesso aos programas de desenvolvimento social e combate à fome de comunidades quilombolas do estado do Rio Grande do Sul**. 2013. 138f. Tese (Doutorado em Epidemiologia) - Programa de Pós-graduação em Epidemiologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

BENEDETTI, Adriane Cristina. Luta por Reconhecimento e Construção de Identidade em Comunidades Quilombolas no Sul do Brasil. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 33-42, maio/ago., 2014. Disponível em:<[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Rev-Agroeco\\_art-benedetti.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Rev-Agroeco_art-benedetti.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRAGA, Katiane Pereira. **Análise da Segurança Alimentar e fatores associados na comunidade remanescente quilombola de Cocalinho/TO**. 2019. 126f. Dissertação (Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais) - Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína-TO. 2019.

BRANDÃO, André Augusto; JORGE, Amanda Lacerda. Estado e comunidades quilombolas no Pós-1988. **Sociedade em Debate**, v. 22, n.1, p. 71-103, 2016. Disponível em:<<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1320>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **II Plano Nacional De Segurança Alimentar E Nutricional - PLANSAN 2016-2019**. Balanço da Execução 2016/2017. Brasília, fevereiro de 2018a.

BRASIL. Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, outubro de 2001.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, novembro de 2003.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, fevereiro de 2007a.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 agos. 2010a.

BRASIL. Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 de fevereiro de 2010b.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, julho de 2010c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**, 2. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional De Políticas De Promoção Da Igualdade Racial (SEPPIR). **Promovendo a igualdade racial para um Brasil sem racismo**. Brasília: Editora IABS, 2018b.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Criação de um modelo lógico do Programa Brasil Quilombola**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018c.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de terreiro: Segurança Alimentar, nutricional e Inclusão produtiva**, Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018d.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Chamada nutricional quilombola 2006**. Brasília-DF, Maio, 2007b.

BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e nutricional em Comunidades quilombolas tituladas**. Sumário Executivo. Brasília, outubro, 2013b.

BRASIL. Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial. Secretaria de políticas para comunidades tradicionais. **Guia de Políticas para comunidades quilombolas: Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2013c.

BRASIL. Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial. Secretaria de políticas para comunidades tradicionais. **Plano nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana 2013-2015**. 1ª ed. Brasília, janeiro de 2013d.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola: diagnóstico de ações realizadas**. Março, 2012.

BRITO, Ivana Paula Ferraz Santos de et al. Agricultura Agroecológica em Comunidades

Quilombolas no Território da Região de Vitória da Conquista- Bahia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4 n. 2, p. 2886-2889, 2009. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/8809>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

CARDOSO, Clarissiane Serafim; MELO, Letícia Oliveira de; FREITAS, Daniel Antunes. Condições de saúde nas comunidades quilombolas. **Revista de Enfermagem UFPE**, v. 12 n.4, p. 1037-45, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/110258/28665>. Acesso em: 23 dez. 2019.

CASTRO, Anna Maria. Trajetória do combate à fome no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: Assessoria Fome Zero, v. 1, p. 18-25, 2010.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, e00009919, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2019000200101](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000200101)>. Acesso em: 17 Out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil Realização** - Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais 2010, Brasília, novembro, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional + 2**. Relatório Final. Brasília, junho 2018. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/conferencias-2/5mais2/Web.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. Conceitos. **Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar**, maio 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

CONTI, Irio Luiz. **Organizações sociais e políticas públicas: inserção da Fetraf-Sul nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional**. 2016. 331f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre. 2016.

CONTI, Irio Luiz; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Povos e Comunidades Tradicionais: A produção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. **Amazônica Revista de Antropologia**, v. 5, n. 3, p. 780-804, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1605/2013>>. Acesso em: 02 agos. 2019.

COSTA, Marilene Silva da. Mandioca é comida de quilombola? Representações e práticas alimentares em uma comunidade quilombola da Amazônia brasileira. **Amazônica Revista de antropologia**, v.3, n.2, p.408-428, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/775/1064>>. Acesso em: 22 out.

2019.

DALOSTO, Cássius Dunck; DALOSTO, João Augusto Dunck. Políticas públicas e os quilombos no Brasil: da Colônia ao Governo Michel Temer. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p.545-564, 2018. Disponível em:<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9245>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

DIEGUES, Antonio Carlos et al. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP: MMA, 2000. 176 p. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/saberes%20trad.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

DURAND, Michelle Kuntz; HEIDEMAN, Ivonete Teresinha Schülter Buss. Social determinants of a Quilombola Community and its interface with Health Promotion. **Revista da escola de enfermagem da USP**, São Paulo, v. 53, e03451, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342019000100427&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342019000100427&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 Dez. 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **O estado da segurança alimentar e nutricional no brasil um retrato multidimensional**. Relatório 2014. Brasília, 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019**. Safeguarding against economic slowdowns and downturns. Rome, FAO, 2019.

FIAN BRASIL. **Diagnóstico de violações de direitos e situação de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em Brejo dos Crioulos/MG**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Publica%C3%A7%C3%A3o-Brejo-dos-Crioulos-Completo.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

FIAN BRASIL. **Informe DHANA 2019: Autoritarismo, negação de direitos e fome**. Resumo Executivo, 2019.

FIDELIS, Lourival de Moraes; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. Quilombos e a agroecologia: a agricultura tradicional como estratégia de resistência da comunidade quilombola João Surá. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS**, nº 18, Ano 10, Novembro, 2013. Disponível em:<<http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/401/204>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

FIGUEIREDO, Márcia Cançado et al. Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil. **RFO**, Passo Fundo, v. 16, n. 2, p. 130-135, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/1413-4012/2011/v16n2/a2562.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

FIGUEIREDO, Rodrigo Augusto Alves de; BARROS, Flávio Bezerra. Caçar, preparar e comer o ‘bicho do mato’: práticas alimentares entre os quilombolas na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Pará). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 11, n. 3, p. 691-713, Dez. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-)

81222016000300691&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Out. 2019.

FILHO, Mário Maestri. O negro no Sul do País. *In*: SANTOS, Joel Rufino dos (Org.). Negro Brasileiro Negro. **Revista do Patrimônio**, n.25, p.231-239, 1997. Disponível em:<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat25\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat25_m.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2019.

FREITAS, Igor Almeida de et al. Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia Brasileira. **Revista Cuidarte**, Bucaramanga, v. 9, n. 2, p. 2187-2200, Ago. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2216-09732018000202187&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732018000202187&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 Jan. 2020.

FROZI, Daniela Sanches. Multidimensionalidade da pobreza em comunidades quilombolas: aspectos analíticos para a segurança alimentar e nutricional. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Alexandro Rodrigues Pinto et al. (Org.). **Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados**. Cadernos de Estudos de Desenvolvimento Social em Debate nº20. Brasília - DF, 2014. Cap. 4, pg. 69-91.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola**, 2020. Disponível em:<[http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551)>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Os territórios quilombolas como espaços de preservação da identidade nacional e do meio ambiente**. Abril, 2012. Disponível em:<<http://www.palmares.gov.br/?p=19123>>. Acesso em: 08 mar. 2020.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, v. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Dez. 2019.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, p. 65-79, 2010. Disponível em:<[https://www.researchgate.net/publication/262756523\\_A\\_producao\\_invisivel\\_na\\_agricultura\\_familiar\\_autoconsumo\\_seguranca\\_alimentar\\_e\\_politicas\\_publicas\\_de\\_desenvolvimento\\_rural](https://www.researchgate.net/publication/262756523_A_producao_invisivel_na_agricultura_familiar_autoconsumo_seguranca_alimentar_e_politicas_publicas_de_desenvolvimento_rural)>. Acesso em: 27 dez. 2019.

GUBERT, Muriel Bauermann et al. Household food insecurity in black-slaves descendant communities in Brazil: has the legacy of slavery truly ended? **Public Health Nutrition**, v.20, n.8, p. 1513-1522, 2017. Disponível em: <[https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S1368980016003414/type/journal\\_article](https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S1368980016003414/type/journal_article)>. Acesso em: 21 dez. 2019.

HAGERAATS, Roseann Mary. **Caracterização do estado de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em comunidades quilombolas da Paraíba**. 2017. 103 f. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2017.

HEBERLÊ, Antônio Luiz Oliveira et al. Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios**. Segurança Alimentar 2013. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável**. Cadernos ODS: fome zero e agricultura sustentável, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Texto para discussão, Rio de Janeiro, abril de 2014.

KRAEMER, Matias Felipe Eidelwein. **Agricultura e estratégias de reprodução socioeconômica no quilombo do morro alto – Maquiné/RS: cenários de desenvolvimento local através da análise de sistemas agrários**. 2012. 183f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LEÃO, Marília Mendonça; MALUF, Renato Sérgio. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira**. Brasília: ABRANDH, 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *In*: Leite, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, p.33-53, 1996.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, vol. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: < [xa.yimg.com/kq/groups/21569000/1973737197/name/Vol\\_iv\\_N2\\_333-354.pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/21569000/1973737197/name/Vol_iv_N2_333-354.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2019.

LEMES, João Vitor Martins; BOSCO, Maria Goretti Dal. Direito humano à alimentação adequada e comunidades quilombolas: reflexões sobre as políticas públicas de segurança alimentar a partir das categorias reconhecimento e redistribuição. *In*: DOMINGOS, Terezinha de Oliveira; MIELKE, Jaqueline; FERRI, Caroline. **Direitos sociais e políticas públicas I: XXIII encontro nacional do CONPEDI**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 30 de Abril a 02 de Maio de 2014, pg. 273 – 289.



LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 87, p. 77-95, Jul. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

LUCENA, José Antonio de et al. Utilização de metodologias participativas na construção do conhecimento sobre manejo sustentável dos animais na comunidade negra de Camará. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/viewFile/14364/8776>>. Acesso em: 18 out. 2019.

LUNA, Andreza de Araújo. **Estado nutricional e consumo alimentar de mulheres de comunidades quilombolas de Alagoas**, 2010. 119f. Dissertação (mestrado em Nutrição) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

MACHADO, Cinara Fontoura Dorneles. **Estratégias socioeconômicas da comunidade quilombola de Júlio Borges frente ao cenário do desenvolvimento agrário da região do alto Jacuí/RS**. 2016. 86f. Dissertação (Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.) - Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta/RS, 2016.

MALUF, Renato. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2061/2443>>. Acesso em 27 dez. 2019.

MALUF, Renato. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 2 Ed. – Petrópolis, RS: Vozes, 2009.

MALUF, Renato. Construção do SISAN, Mobilização e Participação Social. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, DF, v. 2, 2010. p. 27-37.

MAZZARO, Flávia Bertoni; CASTILHO, Maria Augusta; SILVA, Christian Luiz da. Atividades agrícolas vivenciadas na comunidade quilombola chácara buriti em Campo Grande – MS. **RDE - Revista De Desenvolvimento Econômico**, v. 13, n. 24, Salvador/BA, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1644/1484>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

MELO, Gabriel Sandrin de Oliveira, et al. Perfil alimentar e nutricional da população residente em comunidades quilombolas em um município do estado do Maranhão. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 1, p. e2957, 31 jan. 2020. Disponível em:<<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/2957/1233>>. Acesso em 07 abr. 2020.

MEDEIROS, Angela Carolina de; LIMA, Vera Lúcia Antunes de; SILVA, Aderaldo de Souza. Perfil das comunidades quilombolas paraibanas: índice de vulnerabilidade socioeconômica e ecológica para o desenvolvimento sustentável local – ISE. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE. v.2, 2014, João Pessoa/PB. **Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. João Pessoa: 2014. p. 69-75. Disponível em:

<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/118793/1/Aderaldo-2014.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, n.28, p. 56-63. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364/30222>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

NASCIMENTO, Anael Souza; BARROS, Flávio Bezerra. Entre mangues, rios e igarapés: pesca, comida e cultura no quilombo de Mangueiras (Ilha do Marajó, Pará). **Etnobiologia**, v.7, n. 3, p. 78-98, Dez. 2019. Disponível em: <<https://revistaetnobiologia.mx/index.php/etno/article/view/289/267>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

NASCIMENTO, Elcio Costa do; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, v. 11, n. 1, p. 225-241, abr. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222016000100225&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222016000100225&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jun. 2019.

NAVAS, Rafael et al. Transição Alimentar em Comunidade Quilombola No Litoral Sul De São Paulo/Brasil. **REVISTA NERA** –ano 18, nº. 27, p. 130-155, janeiro/junho, 2015. Disponível em:<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2987>>. Acesso em: 20 out. 2019.

NIEDERLE, Paulo André. Afinal, que Inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares? p.168-196. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE IDENTIDADE E RELAÇÕES LNTERÉTNICA (NUER). Quilombos do sul do Brasil: perícias antropológicas. **Boletim Informativo do NUER/ Núcleo de estudos de identidade e relações internacionais, Inter étnicas**, v.3, n.3, Florianópolis, 2006.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. **TOMO**, São Cristóvão-SE Nº 11 jul./dez. 2007. Disponível em:<<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/446>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório do Relator Especial do direito à alimentação**, Sr. Jean Ziegler. Missão ao Brasil, 2002.

PANIGASSI, Giseli et al. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v.24, p.2376-2384, 2008. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n10/18.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

PAULI, Sílvia et al. Prevalência autorreferida de hipertensão e fatores associados em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 3293-3303, set. 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232019000903293&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000903293&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 out. 2019.

PEDROSO JUNIOR, Nelson Novaes et al. A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, v. 3, n. 2, p. 227-252, Aug. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222008000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222008000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

PELIANO, Anna. Lições da história: avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: MDS, 2010, v. 1.

PEREIRA, Ana Lúcia. **Famílias Quilombolas: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca - Estado do Tocantins**. 2012. 310f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2012.

RECINE, Elisabetta et al. Extinção do Consea: comida de verdade e cidadania golpeadas. **Le Monde Brasil Diplomatique**, Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/extincao-do-consea-comida-de-verdade-e-cidadania-golpeadas/>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

RECINE, Elisabetta; LEÃO Marília Mendonça. O Direito Humano À Alimentação Adequada e o Fome Zero. *In*: VEIGA, Adriana (Org.). **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, DF, v. 2, 2010. p. 27-37.

RÊGO, Liliane Sampaio; CASTRO, Marina Siqueira de. Inclusão produtiva e etnodesenvolvimento para as comunidades quilombolas. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Alexandre Rodrigues Pinto et al. (Org.). **Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados**. Cadernos de Estudos de Desenvolvimento Social em Debate, 20. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2014, Cap. 4, p. 69-91.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Graciele; MORAIS, Franciny Michelle de Oliveira; PINHO, Lucinéia de. (In) Segurança alimentar de comunidade quilombola no norte de Minas Gerais. **Ciencia, Cuidado e Saude**, v.14, n.3, p.1245-1250, 2015. Disponível em:<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/21845>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

RIVAS, Mariana Espinoza et al. Desenvolvimento de um questionário de frequência alimentar para populações quilombolas do Rio Grande do Sul, Brasil. **Demetra**, v. 11, n. 1, p. 1317-1332, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/23266>>. Acesso em 08 abr. 2020.

RODRIGUES GOIS, Gabriela; MIGUEL, Lovois. O papel da agricultura e do trabalho não agrícola na reprodução socioeconômica de famílias quilombolas na região da Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul, Brasil. **Eutopía, Revista de Desarrollo Económico Territorial**. n 15, pg.

169-191, 2019. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/334125275\\_O\\_papel\\_da\\_agricultura\\_e\\_do\\_trabalho\\_nao\\_agricola\\_na\\_reproducao\\_socioeconomica\\_de\\_familias\\_quilombolas\\_na\\_regiao\\_da\\_Serra\\_dos\\_Tapes\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Sul\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/334125275_O_papel_da_agricultura_e_do_trabalho_nao_agricola_na_reproducao_socioeconomica_de_familias_quilombolas_na_regiao_da_Serra_dos_Tapes_Rio_Grande_do_Sul_Brasil)>. Acesso em: 25 dez. 2019.

RUBERT, Rosane Aparecida. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. *In*: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luís Carlos Cunha (Orgs.). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Cap.3 p.165 -181. Disponível em:<<http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsnegro.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

RUBERT, Rosane Aparecida. Comunidades Remanescentes de Quilombos: Alguns Desafios ao Olhar Antropológico. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, v. 4, nº7/8, p. 37-60. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2007. Disponível em:<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/download/1189/983>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

SANTARELLI, Mariana et al. **Da democratização ao golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil**. Brasília: FIAN Brasil, 2017. 75 p. Disponível em: <<http://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Publica%C3%A7%C3%A3o-Completa-Informe-Dhana.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

SANTOS, Josafá Ribeiro dos; GONÇALVES, Claudio Ubiratan. Resistência Camponesa no Quilombo e Mocambo (PI): Agricultura Camponesa Com Prática De Sustentabilidade. **Revista Produção Acadêmica – Núcleo De Estudos Urbanos Regionais e Agrários/NURBA**, n. 2, p. 18-36, 2015. Disponível em:<<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/1995/8638>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SANTOS, Katia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Uma análise agroalimentar: o caso dos agricultores quilombolas da reserva de desenvolvimento sustentável quilombos Barra Do Turvo-SP. **Redes – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 21, nº 3, p. 196 - 216, set./dez. 2016. Disponível em:<<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/7429/pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

SANTOS, Thais Aparecida Coelho dos; BARROS, Flávio Bezerra. Each person has a Science of planting: plants cultivated by quilombola communities of Bocaina, Mato Grosso State, Brazil. **Hoehnea**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 211-235, Abr. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-89062017000200211&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-89062017000200211&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 Out. 2019.

SANTOS, Wellington Amâncio da; MIRA, Feliciano de. Gestão socioambiental na comunidade de remanescentes quilombolas de Cruz em Alagoas. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 3, p. 75-85, 2016. Disponível em:<<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1771/515>>. Acesso em 04 Jan. 2020

SARDINHA, Luciana M. V. et al. Análise das condições de vida, segurança alimentar e

nutricional e acesso a programas sociais em comunidades quilombolas tituladas. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Alexandro Rodrigues Pinto et al. (Org.). **Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados**. Cadernos de Estudos de Desenvolvimento Social em Debate, 20. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2014. Cap. 2, p. 31-52.

SCHNEIDER, Sérgio, CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 84-109.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI). CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico. **Série histórica, famílias**, 2020. Disponível em: < <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/index4.php>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SILVA, Etna Kaliane Pereira da et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, 2017. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2017000405013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000405013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 Jun. 2019.

SILVA, Luísa Margareth Carneiro da. **Curvas de carências nutricionais em adultos quilombolas de áreas ribeirinhas do Baixo Amazonas**. 2013. 137f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia) - Universidade Federal do Pará e Universidade Federal do Amazonas, Belém/PA, 2013.

SILVA, Paulo Sérgio da. Quilombos do Sul do Brasil: movimento social emergente na sociedade contemporânea. **Revista identidade!**, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 1, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/25/38>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

SOARES, Daniela Arruda; BARRETO, Sandhi Maria. Indicadores nutricionais combinados e fatores associados em população Quilombola no Sudoeste da Bahia, Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 821-832, Mar. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232015000300821&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000300821&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 Jan. 2020.

SOARES, Leonardo Ferreira et al. Aspectos socioeconômicos e de condições de saúde em populações quilombolas no estado do Piauí, Brasil. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 2, e73922091, 2020. Disponível em:< <https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/2091/1709>>. Acesso em 04 jan. 2020.

SOUSA, Bárbara Cabral de et al. Hábitos alimentares de adolescentes quilombolas e não quilombolas da zona rural do semiárido baiano, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, pg. 419-430, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.34572016>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz de; SILVA, Wagner Luiz Alves da; COSTA, Luzimar

Pereira da. Comunidade Remanescente de Quilombo, desigualdade e política pública: reflexões sobre um 'caso particular do possível' das mulheres quilombolas em uma comunidade na região norte-rio-grandense. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 20, n. 4, p. 1057-1071, Dec. 2019. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122019000401057&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000401057&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 Abr. 2020.

SOUZA Patrícia Borba; ARAÚJO, Klariene Andrielly. mulher quilombola: da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas. In: ESTEVES, Juliana Teixeira; BARBOSA, José Luciano Albino; FALCÃO, Pablo Ricardo de Lima (Org.). **Direitos, gênero e movimentos sociais II**. Florianópolis: CONPEDI, 2014. p.163-182. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=234>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SWINBURN, Boyd et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *EAT-Lancet*, EAT-Lancet Commission, v. 393, n. 10173, p. 791-846, 23 de fevereiro de 2019. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)32822-8/fulltext?utm\\_campaign=tlobesity19&utm\\_source=HubPage](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)32822-8/fulltext?utm_campaign=tlobesity19&utm_source=HubPage)>. Acesso em: 17 out. 2019.

TEIXEIRA, Tadeu Gomes; SAMPAIO, Camila Alves Machado. Análise orçamentária do Programa Brasil Quilombola no Brasil e no Maranhão: o ocaso de uma política pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 461-480, Apr. 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122019000200461&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122019000200461&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

TUBALDINI, Maria; DINIZ, Raphael Fernando. Gênero, agricultura familiar e (RE) organização do espaço rural em comunidades Quilombolas de Minas Novas e Chapada do norte – vale do Jequitinhonha/MG/Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/279375852\\_GENERO\\_AGRICULTURA\\_FAMILIAR\\_E\\_REORGANIZACAO\\_DO\\_ESPACO\\_RURAL\\_EM\\_COMUNIDADES\\_QUILOMBOLAS\\_DE\\_MINAS\\_NOVAS\\_E\\_CHAPADA\\_DO\\_NORTE\\_-\\_VALE\\_DO\\_JEQUITINHONHAMGBRASIL](https://www.researchgate.net/publication/279375852_GENERO_AGRICULTURA_FAMILIAR_E_REORGANIZACAO_DO_ESPACO_RURAL_EM_COMUNIDADES_QUILOMBOLAS_DE_MINAS_NOVAS_E_CHAPADA_DO_NORTE_-_VALE_DO_JEQUITINHONHAMGBRASIL)>. Acesso em 27 dez. 2019.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, Ago. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732005000400001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000400001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 Out. 2019.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de et al. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 32, e180161, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732019000100301&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732019000100301&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 Out. 2019.

VATTATHARA, Saritha Denardi et al. Mulheres quilombolas e a reprodução social da vida nas comunidades remanescentes de quilombo. **IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais**, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de set. 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/19281/1192612759>>. Acesso

em: 05 jan. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 66-83.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A** – Comunidades Quilombolas e seus respectivos municípios sorteados para compor a amostra desta pesquisa.

<b>Comunidade Quilombola</b>	<b>Município</b>
1. Sítio Novo	Arroio do Tigre
2. Chácara Barreto	Canoas
3. Manoel Barbosa	Gravataí
4. Morro Alro	Osório
5. Alpes	Porto Alegre
6. Areal - Guaranha	Porto Alegre
7. Mutuca	Turuçu
8. Paredão	Taquara
9. Cantão das Lombas	Viamão
10. Cambará	Cachoeira do Sul
11. Passo do Lourenço	Canguçu
12. Favila	Canguçu
13. Maçambique	Canguçu
14. Estância da Figueira	Canguçu
15. Serrinha do Cristal	Cristal
16. Passos do Brum	Formigueiro
17. Madeira	Jaguarão
18. Algodão	Pelotas
19. Vila do Torrão (Cantagalo)	São Lourenço do Sul
20. Monjolo (Serrinha)	São Lourenço do Sul
21. Várzea dos Baianos	Pedras Altas
22. Rincão do Santo Inácio	Nova Palma



**APÊNDICE B** – Parte do questionário “Pesquisa de Segurança Alimentar e Nutricional em quilombos do Rio Grande do Sul” utilizado neste trabalho.

Informações gerais	
Questionário: ___ ___ ___	Quest ___ ___
Entrevistador: _____	Entr ___
Data da Entrevista: ___ ___ / ___ ___ / ___ ___	Data ___ / ___
Município: _____ Co	___ / ___
munidade Quilombola: _____	Municip_
A comunidade está situada no perímetro: (0) Urbano (1) Rural	Comunid_
Nome do entrevistado: _____	Perime _
Endereço do entrevistado: _____	
Telefone do entrevistado: _____	
Telefone contato: _____	
Vou fazer algumas perguntas sobre você e sua família:	
1. <b>Observar:</b> Sexo: (0) Masculino (1) Feminino	Sexo _
2. Quantos anos completos você tem? ___ ___ anos (999) IG	Anos ___
3. Qual o seu estado civil? ( <i>resposta estimulada</i> ) (0) Casada (1) Em união (2) Viúva (3) Separada/divorciada (4) Solteira (9) IG	Estciv _
4. Qual sua cor? ( <i>resposta estimulada</i> ) (0) Branca (1) Parda (2) Preta (3) Amarela (4) Indígena (9) IG	Cor _
5. Você está trabalhando? (1) Trabalhando (2) Desempregado (3) Aposentado (4) Pensionista (5) Encostado (6) Estudante (7) Dona de casa ( ) Outra situação: _____	Trab1_
<input type="checkbox"/> Se a pessoa não estiver trabalhando, <b>pule para a questão 10.</b>	Ondetrab1 —
6. Onde você trabalha? _____	Ocuptrab1
7. Qual a sua principal ocupação atualmente? _____	Carteira1_
8. No seu trabalho você tem carteira assinada? (0) Não (1) Sim	Hstrab1_
9. Quantas horas você trabalha por semana? _____ horas	
10. Até que ano (série completa) você estudou? ___ série do ___ grau <input type="checkbox"/> Se curso superior: (20) incompleto (30) completo (40) mestrado completo (50) Doutorado completo	Nfamilia —
12. Quantas famílias moram nesta casa? ___ ___ famílias	Nmorador Nadulto _ Nmenor20
11. Quantas pessoas moram nesta casa? ___ ___ pessoas	Nmenor6

Total adultos: __ __      Total menores 20 anos: __ __      Total menores 6 anos: __ __																																		
<b>Agora vamos conversar sobre atividades agrícolas</b>																																		
<p>37. Você exerce alguma atividade agrícola?  <i>Atividade agrícola trata-se de qualquer atividade de: agricultura, pecuária, extração vegetal, pesca, piscicultura ou serviço auxiliar em alguma destas atividades.</i>  (0) Não <input type="checkbox"/> <b>Pule para questão 43</b>      (1) Sim</p> <p>38. Nesta atividade agrícola você é: (<i>resposta estimulada</i>)  (1) Empregado    (2) Conta Própria    (3) Empregador    (4) Não remunerado (para o próprio consumo)  (5) Empregado/ Conta Própria</p> <p>39. Vendeu alguma parte da produção?  (0) Não <input type="checkbox"/> <b>Pule para questão 41.</b> (1) Sim</p> <p>41. Algo da produção foi consumida pela família?  (0) Não    (1) Sim</p> <p>42. Que parcela da produção foi consumida pelas pessoas moradoras deste domicílio?  (1) menos da metade    (2) metade    (3) mais da metade</p>		Atvagri_ _  Vatvagri _  Vendprod _  Consfam _  Consmor _																																
<b>Agora vamos conversar sobre seus hábitos alimentares</b>																																		
<p>57. Quais as refeições que você faz durante o dia?</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Refeição</th> <th>0 - Não</th> <th>1 - Sim</th> <th>Local</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Café da manhã</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lanche meio da manhã</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Almoço/Lanche</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lanche no meio da tarde</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Jantar/Lanche</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lanche antes de dormir</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lanche meio da noite</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Refeição	0 - Não	1 - Sim	Local	Café da manhã				Lanche meio da manhã				Almoço/Lanche				Lanche no meio da tarde				Jantar/Lanche				Lanche antes de dormir				Lanche meio da noite				Cafm _ Lanchem _ Almoço _ Lanchet _ Janta _ Lanched _ Lanchen _
Refeição	0 - Não	1 - Sim	Local																															
Café da manhã																																		
Lanche meio da manhã																																		
Almoço/Lanche																																		
Lanche no meio da tarde																																		
Jantar/Lanche																																		
Lanche antes de dormir																																		
Lanche meio da noite																																		
<b>Agora vamos conversar sobre alimentos que você comeu ontem</b>																																		
<p>59. Tente lembrar tudo que você comeu ontem, desde a hora que você acordou até a hora de dormir. Especifique bem o alimento e a quantidade.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Horário</th> <th>Alimentos e/ou preparações</th> <th>Quantidades</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Café da Manhã:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Entre o café da manhã e o almoço:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Almoço:</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Horário	Alimentos e/ou preparações	Quantidades	Café da Manhã:			Entre o café da manhã e o almoço:			Almoço:																							
Horário	Alimentos e/ou preparações	Quantidades																																
Café da Manhã:																																		
Entre o café da manhã e o almoço:																																		
Almoço:																																		

À tarde:				
Jantar ou lanche:				
Depois da janta, antes e dormir:				
Durante à noite:				

APÊNDICE C – Termo de Compromisso para utilização de dados.

### TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS

**Título da pesquisa:** Práticas agrícolas e consumo alimentar: indicadores para avaliar a segurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul

Os pesquisadores da presente pesquisa de comprometem a preservar a privacidade das famílias remanescentes de quilombos cujos dados foram coletados em 22 quilombos do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2011 (Projeto “Acesso aos Programas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e repercussões na segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul”). Concordam igualmente que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução desta pesquisa. As informações poderão ser divulgadas somente de forma anônima.

Porto Alegre, 28 de agosto de 2020.



---

Patricia Teresinha Wille



---

Fernanda Souza de Bairros